



CENTER FOR STUDIES ON INEQUALITY AND DEVELOPMENT

**TEXTO PARA DISCUSSÃO .153 - 2020**

DISCUSSION PAPER . 153 - 2020

# Pobreza como Privação de Liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro pós UPP

**CELIA KERSTENETZKY**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**MARIA GUERREIRO**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DANIELLE CARUSI MACHADO**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**FABÍOLA DE CÁSSIA FERREIRA NEVES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**MAURÍCIO DE VASCONCELLOS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**LUIZ MATZENBACHER**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

[www.ie.ufrj.br/index.php/cede/home](http://www.ie.ufrj.br/index.php/cede/home)

# **Pobreza como Privação de Liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro pós UPP**

Celia Kerstenetzky (Professor of Social Policy, Federal University of Rio de Janeiro)

Maria Guerreiro (Advisor, State Council of Rio de Janeiro)

Danielle Carusi Machado (Associate Professor, Economics Department, Fluminense Federal University)

Fabiola de Cássia Ferreira Neves (IPPUR, Federal University of Rio de Janeiro)

Maurício de Vasconcellos (IBGE)

Luiz Matzenbacher (IBGE)

*Prepared for delivery at the LASA2020 Virtual Congress of the Latin American Studies Association,  
May 13 – 16, 2020*

## **Abstract**

The purpose of this paper is to report findings of a survey undertaken in a slum, the Vidigal shantytown, in Rio de Janeiro during the years 2013 and 2014 to estimate the poverty levels of its residents using Amartya Sen's Capability Approach as conceptual benchmark. The sample of about 200 households is statistically representative. The research was conceived to be a follow up of a previous one undertaken in the year 2007 and the time gap is relevant (Kerstenetzky and Santos 2009). In the interim years between 2007 and 2013, a new public safety policy was implemented in many of Rio's favelas, including in the Vidigal area, the UPP (Peace-promoting Police Unit) which was meant to eliminate a detrimental factor to slum dwellers' capabilities: widespread gang violence. In fact, the 2007 research had shown this factor to constrain from the most elementary freedoms of residents such as freedom of movement to more complex ones such as freedom from stigma and discrimination, besides contributing badly to harm their social relations. So, this paper tracks changes in the dwellers' achievements after the implementation of the UPP. It first presents levels and the evolution of indicators of poverty as deprivation of freedom between 2007 and 2013-2014, thus, before and after the UPP was implemented; then, it tracks possible interactions between components of well-being (or "freedoms"), especially among those directly affected by violence and the others, utilizing an ordered logit model; finally, it documents perceptions of the dwellers regarding the main strengths and weaknesses of the UPP. Our results point to important improvements in the dwellers' freedom, especially in the dimension of freedom as opportunity. But they also suggest a crucial lack of freedom as agency, as dwellers did not participate in the production and implementation of the policy. The latter may account for lesser efficacy of the policy and may also have facilitated its recent demise.

**Palavras-chave:** pobreza multidimensional, criminalidade, política de segurança pública, UPP, abordagem das capacitações

**Keywords:** multidimensional poverty, crime, public safety policy, UPP, capability approach.

**JEL Codes:** I32, I31.

# **Pobreza como Privação de Liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro pós UPP**

## **1 Introdução**

O objetivo deste artigo é reportar resultados de um *survey* aplicado na favela do Vidigal no Rio de Janeiro, durante os anos de 2013 e 2014, para estimar os níveis de pobreza de seus habitantes utilizando a abordagem das capacitações (AC) de Amartya Sen como referencial conceitual. A amostra deste *survey* é de cerca de 200 domicílios, na época, estatisticamente representativa da favela.

A pesquisa foi concebida como seguimento de uma pesquisa anterior, realizada no ano de 2007 (Kerstenetzky e Santos, 2009). Entre os dois momentos uma nova política de segurança pública foi implementada em várias favelas do Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), incluindo a área do Vidigal, com o propósito explícito de eliminar um fator prejudicial às capacitações de seus moradores, a violência armada ostensiva. De fato, a pesquisa de 2007 havia confirmado esse fator como constringendo desde liberdades elementares dos moradores, como a liberdade de ir e vir, a liberdades mais complexas, como estar livre de estigma e discriminação, além de prejudicar as relações sociais no espaço da comunidade. Conforme amplamente noticiado, esta nova política, com foco em presença no território e policiamento de proximidade, foi capaz de reduzir dramaticamente as taxas de homicídio e os tiroteios nas áreas onde foi implantada.

Nossos resultados, contudo, qualificam as primeiras impressões. Eles indicam efeitos de expansão de liberdades, mas também sugerem características problemáticas da política de segurança que inibem precisamente algumas das liberdades que ela supostamente promoveria. Em particular, enquanto o poder despótico de grupos criminosos foi mitigado, junto com a significativa redução de exibição de armamento pesado, o que pode ser creditado à presença ostensiva e duradoura da unidade especial de polícia, outras fontes de contenção de liberdades se fizeram presentes. Estas incluem percepções ambíguas dos moradores quanto à presença da polícia.

Neste artigo, para examinar detidamente a relação entre a UPP e realizações mais amplas de moradores da favela do Vidigal, iremos: em primeiro lugar, observar os níveis e a evolução dos indicadores de pobreza como privação de liberdade entre a primeira onda, em 2007, e a segunda onda, em 2013-2014 - ou seja, pré e pós-UPP; em segundo lugar, verificar possíveis interações entre componentes de bem-estar, particularmente entre aqueles mais diretamente afetados pela violência e as demais realizações; e por fim, reportar a percepção dos moradores quanto às principais fragilidades da política de UPPs.

O artigo está organizado da seguinte forma. Na seção 2, apresentamos o referencial conceitual da abordagem das capacitações, que nos permite analisar a pobreza como privação de liberdade, e as adaptações desse referencial para fins deste exercício. Na seção 3, descrevemos brevemente as características centrais da nova política de segurança pública, centrada na ocupação perene do território pelas forças de segurança, mas também concebida para ser a porta de entrada de um amplo conjunto de serviços públicos para a comunidade (a UPP Social). A seção 4 se ocupa da descrição da pesquisa e da base de dados, da estratégia operacional e da análise empírica. Nesta seção, analisamos os níveis bem como as diferenças entre os indicadores de liberdade para as duas ondas da pesquisa. A seção 5 apresenta e discute os resultados de um modelo econométrico cujo objetivo central é identificar as relações entre algumas variáveis das famílias e os principais funcionamentos a partir dos dados da 2ª. onda. A seção 6 traz algumas considerações sobre os prós e contras desta política tendo em vista o que foi discutido nas seções anteriores. Por fim, traçamos algumas considerações finais e reflexões sobre as implicações mais amplas dos resultados revelados pela pesquisa.

## **2. Capability Approach (CA) in the slum context**

Amplamente utilizada na avaliação de condições de vida em múltiplos contextos via diferentes estratégias de operacionalização, as vantagens da AC para analisar níveis de bem-estar de indivíduos e domicílios no contexto de favelas não podem ser exageradas.

O foco da AC não é tanto nos meios para o bem-estar, ou nos níveis reportados de satisfação com a vida, mas sim na qualidade de vida e nas opções abertas aos indivíduos para desfrutarem do modo de vida que consideram valioso. Nesse enquadramento conceitual, a pobreza seria um estado de privação de liberdade, no sentido de refletir a ausência de oportunidades para o desfrute de modos de vida desejáveis, frequentemente manifesta em vidas com baixo nível de realização. Na nomenclatura seminal de Amartya Sen, a pobreza se faria representar por funcionamentos (*as realizações*) e capacitações (*a liberdade no sentido de oportunidades para realizar*) básicas insuficientes.

Um dos atrativos centrais da AC para estudos sobre pobreza é o seu rico conteúdo informacional. Ao enfatizar a qualidade da vida efetivamente vivida e se abrir para informações sobre experiências e percepções subjetivas dos indivíduos, essa abordagem permite superar a insuficiência de renda e de recursos como marcadores exclusivos da condição de pobreza. Além de recursos, como a renda, serem insuficientes para identificar pobreza (nem tudo que constitui uma vida de qualidade se compra com renda), condições relativas ao indivíduo e ao seu contexto são igualmente importantes para o alcance de realizações efetivas. Segundo Sen (1990; 2000; 2001), há que se levar em conta os fatores de conversão que medeiam entre recursos objetivos e realizações efetivas. Estes incluem condições do próprio indivíduo, como, por exemplo, necessidades especiais e idade avançada, e de seu entorno, como, por exemplo, o lugar onde ele vive, fisicamente inóspito ou socialmente periférico.

Na pesquisa realizada na favela do Vidigal em 2007 (Kerstenetzky e Santos 2009), a inadequação de marcadores como insuficiência de renda ou de recursos como estimativas de condições de vida ficou clara. A principal razão é que os moradores dessa comunidade, em média não especialmente pobres em renda ou recursos (como a presença de serviços públicos), sofrem, no entanto, as consequências negativas da informalidade e da marginalização, condições mais difíceis de captar via indicadores objetivos. De novo, o fato de ser a AC capaz de acomodar informação sobre experiências e percepções e representações, fornece ao pesquisador elementos cruciais para avaliar a efetiva qualidade de vida e as opções abertas às pessoas nessas circunstâncias.

Assim, o assentamento irregular em um morro da cidade (e a possibilidade de deslizamentos), a configuração labiríntica de ruas e becos (dificultando o acesso), a estreiteza das mesmas e a conseqüente ausência de calçadas (reduzindo ou tornando arriscada a mobilidade das pessoas), a proximidade extrema entre as casas (afetando a ventilação e a iluminação naturais e possibilitando contágio de doenças) e a profusão de fios de eletricidade conectando casas a ruas (com os riscos inerentes) se combinam à histórica ausência do poder público e de mecanismos de participação institucionalmente reconhecidos para tornar pouco transformadores os recursos objetivos eventualmente existentes. A maior renda que pode eventualmente melhorar as casas e seu interior pouco pode alterar o espaço circundante. As redes de serviço público nominalmente universalmente presentes – luz, água encanada, esgoto, coleta de lixo – raramente servem na frequência e qualidade desejadas. Interrupções nos serviços de luz e de água são frequentes, o esgoto não chega aos becos e é visível a olho nu, a coleta de lixo é deficiente porque o acesso é difícil. Os serviços de educação e saúde públicas, igualmente presentes, são claramente insuficientes, frente à demanda existente. Também são menos funcionais os serviços mercantis, porque informais, e o vácuo deixado pelo poder público tende a ser ocupado por poderes locais, geralmente associados ao tráfico de drogas, que em comunidades publicamente desprotegidas encontra abrigo ideal. Nesse contexto, pois, a utilização da estrutura analítica da AC é particularmente útil, pois ela permite adicionar a informações sobre presença ou não de recursos as efetivas experiências de vida, sublinhando desse modo um importante fator de conversão que deveria ser incorporado em qualquer avaliação de bem-estar dos moradores dessas comunidades. Esse fator de conversão, que faz incidir um substancial “desconto” sobre recursos objetivos, é precisamente a condição de viver em uma comunidade informal, à margem da cidade formal.

Nesse contexto, entre os vários fatores incidindo sobre a qualidade de vida dos moradores de favela destaca-se a violência irrefreada, sob a forma de conflitos armados entre grupos criminosos e entre estes e a polícia, quando esta invade a comunidade em seu encalço. Frequentes tiroteios põem em risco os moradores, tornando a segurança pública um serviço crucial para garantir suas vidas. Mas não apenas a vida, já que a violência afeta diversas realizações dos “sobreviventes”: educacionais, de saúde, de

trabalho, de lazer, relações interpessoais, auto-respeito e respeito dos demais, especialmente dos moradores da cidade formal. Ademais, na medida em que grupos criminosos se tornam os poderosos locais, o porte ostensivo de armas bem como a lei por eles imposta acabam configurando um “estado de fato”, à margem do Estado de direito, porém efetivo e irreversível, limitando direitos básicos de cidadania dos moradores. Por outro lado, relações ilícitas entre criminosos e policiais são um elemento a mais a tornar a violência um evento ordinário e inapelável do viver em favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Observar liberdades ou sua privação é mais desafiador do que observar realizações ou sua ausência. Assim, seguindo boa parte da literatura de AC, optamos por registrar também as realizações efetivas e, neste caso, tomá-las como índice da presença ou ausência de liberdades. Na escolha do conjunto de realizações e liberdades, seguimos a mesma lista proposta em Kerstenetzky e Santos (2009) - um conjunto de 13 itens. Como esta pesquisa foi posterior à implantação da UPP, incluímos no questionário uma seção sobre a nova política de segurança, na qual os moradores poderiam registrar suas experiências e impressões. Na pesquisa anterior, a violência na comunidade aparecia como fator que restringia um número expressivo de realizações; em consequência, buscamos observar se houve modificação positiva no período decorrido entre as duas pesquisas e em que medida se poderiam estabelecer associações entre os marcadores de segurança e as demais realizações no período recente.

Os 13 funcionamentos ou capacitações buscaram cobrir elementos essenciais de uma vida de qualidade, como morar bem, ter boa saúde, boa escolaridade, um bom trabalho, ter os filhos protegidos, ter acesso a serviços básicos, não sofrer preconceito, sentir-se feliz e ter orgulho próprio, comer adequadamente, vestir-se adequadamente, participar da vida da comunidade e da vida associativa da cidade, viver sem medo e com esperança no futuro. Esses funcionamentos ou capacitações se inspiraram nas 10 capacitações centrais propostas por Martha Nussbaum (2000; 2011) -- ao lado de Amartya Sen, a principal formuladora de conceitos e categorias da abordagem das capacitações. Por meio das perguntas para cada indicador, procuramos detectar informação sobre disponibilidade de recursos, experiências e percepções pessoais. Por exemplo, no funcionamento ter acesso a serviços, perguntamos “seu domicílio possui energia elétrica?”, e também “há problemas recorrentes de falta de luz?”. Ou ainda, no funcionamento não sofrer preconceito, perguntamos “você ou alguém na família já sofreu preconceito por morar no Vidigal?” e também “você acha que os moradores do Vidigal têm os seus direitos garantidos tanto quanto os outros moradores da cidade?”. Na seção 4, apresentamos os funcionamentos de modo mais detalhado e a forma como operacionalizamos a AC para estimar a pobreza como privação de liberdade na favela do Vidigal.

### **3. Uma breve descrição da nova política de segurança pública, a UPP**

As favelas foram historicamente marginalizadas, vistas como problemáticas pela sociedade e por seus governantes. Ao longo dos anos, contudo, o foco principal do “problema favela” foi mudando: partiu da saúde pública e chegou na segurança, passando por questões habitacionais e morais. Na maior parte do tempo, todos estes “problemas” se apresentavam conjuntamente, porém em cada momento o foco foi maior ou menor em um ou outro. Desde a década de 1990, o problema violência vem se sobressaindo em relação aos demais. Com a expansão mundial do comércio de cocaína, o controle territorial passou a ser muito relevante para as facções criminosas, que cresceram e aumentaram seu poderio bélico. Violentas disputas de facções pelo controle territorial dos locais mais lucrativos passaram a fazer parte da rotina carioca. Como resposta a esta “guerra das facções”, a ação policial era pautada pela “guerra ao tráfico”, na qual seus protagonistas deveriam ser eliminados. A ação policial passou a se dar por incursões pontuais esporádicas e igualmente violentas nestes territórios, no intuito de prender traficantes, drogas e armas. Na prática, no entanto, estas ações ao invés de combater a violência das facções, acarretavam em ainda mais violência. A morte de traficantes, policiais e demais moradores das favelas viraram cotidianas e, de certa forma, naturalizadas, tidas como um mero “efeito colateral”. A eficiência destas operações era muito pequena: alto índice de violência e morte, poucas apreensões de drogas e armas e nada que realmente “desmantelasse” as facções e o tráfico de drogas.

Em 2008, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar alguns jogos da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A resolução do problema da violência – que só aumentara ao longo do tempo - no entanto, era central e, de certa forma, se configurou como uma promessa na campanha da candidatura da cidade para sediar os jogos. Foi posta uma urgência no cenário político. Após anos e anos fazendo mais do mesmo, a percepção de que se deveria aplicar uma nova abordagem à política de segurança foi ganhando espaço na sociedade.

Tendo como inspiração algumas experiências internacionais, como das cidades de Boston, Medellín e Bogotá, que propuseram formas inovadoras de lidar com a questão da violência, foi criada a UPP, uma nova política de segurança para as favelas cariocas, designada a mudar a lógica bélica de enfrentamento nestes locais. Desta vez, a proposta se diferenciava das políticas implementadas até então. O escopo central não era mais “a guerra às drogas”, mas a retirada das armas e a retomada do controle dos territórios pelo Estado, através da ocupação permanente. Não se pretendia acabar com o tráfico de drogas, mas sim com o poder paralelo das facções armadas, que tinham presença extensiva nas ruas das favelas. Estes grupos eram os “donos do território”. Controlavam a entrada e saída de pessoas e, muitas vezes, para realizar alguma ação nestes locais (ONGs e mesmo órgãos do governo) era necessário negociar com eles para ter sua chancela. Ao invés de ações pontuais da polícia, ela agora deveria permanecer nas favelas 24 horas por dia - como em demais bairros da cidade. A UPP pretendia “levar a paz” às favelas e devolver a liberdade de seus moradores.

Houve uma substancial mudança na orientação em relação à forma de agir da polícia. A preservação da vida passou a ser diretriz, sendo o enfrentamento evitado ao máximo. Para que não acontecessem confrontos armados, a data da ocupação da favela era anunciada previamente. Seria necessário também reconstruir a relação dos moradores das favelas com a polícia – desgastada por sua ação truculenta por anos a fio. Como estratégia, resolveu-se que nas UPPs trabalhariam policiais recém ingressos na corporação, ainda livre de vícios em relação à truculência e corrupção - corrupção era uma preocupação pois outra modalidade de intervenção policial, além da violência indiscriminada, era o recebimento de “arrego”, ou propina, por parte dos traficantes. Além disso, eles também deveriam passar por um curso de formação específico, com aulas de policiamento de proximidade e de direitos humanos.

A “pacificação do território”, a partir da expulsão dos grupos armados que os controlavam e do melhor relacionamento entre a comunidade e a polícia, era tida como o primeiro passo para garantir as demais políticas públicas, especialmente as sociais. A segurança foi posta como condição básica (mas não suficiente, pois se reconhecia a histórica precariedade da presença do Estado ali) para o desenvolvimento local social e econômico. A ocupação policial seria, então, o ponto de partida para diversas ações conjuntas de integração e desenvolvimento local. Com a liberdade de ir e vir garantida, não existiriam mais as barreiras para a atuação de políticas públicas e, também, para a entrada de serviços privados.

Com a implantação das UPPs, muito foram os clamores pela “entrada do social” nessas favelas “pacificadas” – que diziam respeito tanto à implantação de novos equipamentos e serviços públicos quanto também à melhoria daqueles já existentes. Há grande consenso em diversos segmentos da sociedade – agentes públicos, pesquisadores, parte conservadora da classe média, autoridades policiais, líderes comunitários e ativistas dos direitos humanos – de que políticas de segurança em locais caracterizados historicamente por altos índices de violência devem ser desenvolvidas juntamente com políticas sociais. Assim, foi criada a UPP Social, programa de políticas públicas sociais para atuar nos territórios das UPPs com o intuito de consolidar a política de “pacificação”, complementar a ação policial, promover a cidadania, o desenvolvimento local, prover melhores serviços e contribuir para a integração das favelas com o restante da cidade.

Uma nova realidade estava posta no horizonte para as favelas cariocas. Pretendia-se garantir aos seus moradores mais segurança, mais serviços públicos, em síntese, mais liberdade<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre UPP ver COUTO, 2016; FRANCO, 2014; HENRIQUES, 2012; HENRIQUES, RAMOS, 2011; MACHADO DA SILVA, 2010; RODRIGUES, SIQUEIRA, 2012; SOARES et al. 2012

A chegada das UPPs veio acompanhada de muitas expectativas e incertezas. Esta não foi a primeira política de segurança voltada para as favelas. Ou seja, outras tentativas que prometiam diminuir a violência nesses locais e, conseqüentemente, aumentar o bem-estar de sua população, já haviam ocorrido e não haviam sido exitosas. Para além da retomada do território pelo Estado e da instauração da paz, pretendia-se que os serviços, públicos e privados, chegassem nas favelas de forma ampla e irrestrita, como nas demais áreas da cidade formal. A UPP Social foi criada, principalmente, para atuar nesta lacuna e tentar fazer com que os serviços, de fato fossem oferecidos com qualidade nesses locais.

Na próxima seção, documentamos a evolução de indicadores selecionados de pobreza no Vidigal, foco geográfico de nossa análise neste artigo, em seguida à implantação da UPP. Nessa investigação procuramos identificar o efeito dessa política sobre as realizações dos moradores desta comunidade, observando em que medida as expectativas engendradas por ela foram de fato cumpridas.

## **4 Base de dados e análise descritiva**

### **4.1 Base de dados**

Como já mencionado, a base de dados utilizada neste artigo é derivada de uma pesquisa de campo realizada nos anos de 2013-2014 na favela do Vidigal, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, especificamente no bairro do Leblon<sup>2</sup>. A ideia inicial da realização da pesquisa de campo foi retomar a investigação da pobreza nessa comunidade, inicialmente documentada por Kerstenetzky e Santos (2009), agora em um contexto pós-UPP. Kerstenetzky e Santos (2009) construíram uma base de dados (que denominamos de “*1ª. onda da Pesquisa*”) para a favela do Vidigal no ano de 2007<sup>3</sup> tendo como referência a aplicação de um questionário que investiga vários tipos de funcionamentos, conforme a abordagem de capacitações de Sen (1990; 2000; 2001), já mencionados na seção 2. A partir desta base de dados, as autoras mobilizaram um conceito mais amplo de pobreza, que, como já dito, não enfatiza apenas questões relativas à renda, mas insuficiência de capacitações básicas que garantiriam um maior conjunto de oportunidades de realização na vida. Neste sentido, o questionário aplicado e a análise empregada operacionalizaram uma metodologia que incorpora a abordagem de capacitações para entendimento do bem estar das famílias moradoras do Vidigal.

Nos anos de 2013-2014, o questionário citado acima, foi replicado na favela do Vidigal, contudo, além das questões relativas aos funcionamentos, foram incorporadas perguntas sobre as políticas públicas UPP e UPP Social, implementadas na região no ano de 2012. Esta pesquisa de campo entrevistou uma amostra representativa de 223 mulheres adultas moradoras da favela do Vidigal. Não foi possível seguir os entrevistados da pesquisa realizada no ano de 2007. Logo, não se trata de pesquisa longitudinal, apesar do mesmo questionário aplicado e da mesma localidade. A ideia principal em utilizar as duas é identificar algum tipo de variação nos funcionamentos tendo em vista as mudanças na política pública de segurança no período. Para tanto, iremos traçar inicialmente, um quadro geral dos funcionamentos para os dois anos. Adicionalmente, procuramos contextualizar algum tipo de mudança observada acrescentando ao questionário fechado perguntas abertas, sobretudo no que tange às questões de violência e oferta de serviços básicos na localidade.

---

<sup>2</sup> Pesquisas deste tipo, apesar de valiosas para estudos bem específicos, tais como a questão dos funcionamentos e da pobreza multidimensional, possuem algumas limitações, típicas de questionários aplicados a indivíduos que se dispõem a responder, em um contexto de favela, onde ruas nem sempre tem nomes, e endereços mudam constantemente por conta de mudanças em sua configuração. Os questionários foram aplicados por 11 estudantes de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, coordenados por uma das autoras, e o treinamento dos estudantes para a aplicação dos questionários, a construção de amostra representativa, a programação computacional e a tabulação dos resultados contaram com a participação de técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todas as pessoas envolvidas participaram da pesquisa em caráter voluntário. Uma das co-autoras trabalhou diretamente no programa UPP Social.

<sup>3</sup>No momento da realização da primeira pesquisa, ocorreram algumas dificuldades para a aplicação dos questionários que impossibilitaram a utilização de uma amostra inteiramente aleatória. Foram adotadas algumas estratégias para minimizar uma possível falta de representatividade.

Inicialmente, apresentaremos uma análise preliminar das diferenças encontradas entre os dois momentos, 2007 e 2013-2014. Posteriormente, iremos focar exclusivamente na base de dados de 2013-2014, que denominamos de “2ª. Onda da Pesquisa”, para avaliar determinantes dos funcionamentos, a partir de uma modelagem econométrica que considera o ordenamento das percepções de bem estar. Para esta análise, o objetivo principal é entender a relação entre os funcionamentos (como proxies das liberdades) e a implantação da UPP. Posteriormente, iremos discutir os principais resultados em termos de percepções dos indivíduos com relação à implementação desta política no que tange à melhoria de serviços (públicos e privados) já existentes bem como à chegada de novos serviços. Nesta parte, a ideia principal é entender os prós e contras que surgiram da adoção desta política e discutir seus resultados à luz do que foi visto dos funcionamentos e de seus determinantes.

No que tange à base de dados, destacamos que há 13 funcionamentos (conforme Tabela 1, apresentada na seção 4.2) que são descritos a partir de perguntas que descrevem aspectos contextuais destes funcionamentos, seja em termos de posse ou de aspectos qualitativos. Assim, cada funcionamento é construído a partir de um conjunto de indicadores binários (respostas sim ou não a determinadas perguntas) que dependem da sua importância ou complexidade. Por exemplo, o funcionamento “ser livre da fome ou da subnutrição” é constituído por duas perguntas: (i) nunca ter precisado reduzir a quantidade de comida e (ii) nunca ter mudado a alimentação para comprar mais barato. Já outros funcionamentos são delineados a partir de um conjunto maior de indicadores, tais como, “morar bem”, que não envolve apenas ter uma casa e suas características, mas também ter segurança no acesso ao seu local de moradia.

Conforme Kerstenetzky e Santos (2009) pontuam, cada indicador é construído com base em uma pergunta ao entrevistado. Se a resposta sinalizar uma limitação na realização do funcionamento, atribui-se o valor nulo ao indicador. Caso contrário, quando a resposta significar algo positivo, registra-se o valor unitário. Desta forma, para cada família são calculados treze índices de funcionamentos (IFs, onde  $s = 1 \dots 13$ ).

Posteriormente, seguindo a proposta de Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) de Paes de Barros et al. (2003), classificamos os domicílios a partir de uma linha de pobreza igual a 0,67 e de extrema pobreza igual a 0,5, conforme o Quadro 1.<sup>4</sup> Esta classificação é utilizada para os 13 funcionamentos e para um índice de funcionamento geral que agrega a informação advinda dos 13 funcionamentos. A seção 4.2 traça uma descrição destes funcionamentos e compara com os resultados da 1ª Onda da Pesquisa.

**Quadro 1: Classificação da condição de pobreza nos funcionamentos**

1	Não pobre	Se IFs > 0,67
2	Pobre	Se 0,67 >= IFs > 0,5
3	Extremamente pobre	Se IFs < 0,5

A partir da variável de pobreza ordinal detalhada acima, estimamos a probabilidade de não ser pobre, ser pobre ou extremamente pobre em cada um dos funcionamentos listados nas seções anteriores, bem como a influência de algumas variáveis sobre estas probabilidades. Existem vários fatores que podem afetar esta probabilidade, desde características individuais e familiares dos respondentes a percepções sobre a vida e sobre a atuação da UPP. Estas características serão agrupadas no conjunto de variáveis explicativas  $X$ , que detalharemos adiante. Dada a natureza ordinal do indicador de pobreza, o modelo econométrico é baseado em uma variável latente  $y^*$  (*não observada*) tal que:

$$y_i^* = x_i' \beta + \varepsilon_i \quad \text{eq(1)}$$

<sup>4</sup> Como parte dos componentes dos funcionamentos corresponde a indicadores muito básicos, segundo Kerstenetzky e Santos (2009), a simples falta deles indica uma situação de privação importante.



$$\begin{aligned}
y_i &= 1 & \text{se } y_i^* \leq \alpha_1 \\
y_i &= 2 & \text{se } \alpha_1 < y_i^* \leq \alpha_2 \\
y_i &= 3 & \text{se } \alpha_2 < y_i^*
\end{aligned}$$

Consideramos que a distribuição de probabilidade do termo de erro segue uma distribuição logística, o modelo utilizado é o chamado *logit* ordenado. A variável  $y$  observada é a que consta no Quadro 1, já as variáveis explicativas, bem como sua construção e o sumário das suas médias constam no Quadro 2. A ideia com esta modelagem é analisar de que forma a mudança nestas variáveis do Quadro 2 pode afetar as probabilidades de não ser pobre ou ser pobre/extremamente pobre. No caso da renda familiar, se houver variação de uma unidade, como isto afeta a probabilidade da família estar em uma destas condições. A partir desta análise, podemos entender as diferenças nas probabilidades ser pobre ou não entre famílias com características diferentes. Por exemplo, como são as diferenças entre as famílias onde existem pessoas que ingressaram na universidade e outras onde isto não acontece. Adicionamos também controles do setor onde a moradia está localizada dentro da favela, tendo em vista as especificidades não observadas capazes de afetar os resultados em termos de funcionamentos e segurança.

Um resultado que apresentamos é o cálculo da razão de chances. A razão de chances é uma razão de probabilidades e, intuitivamente nos dá a razão entre as chances de um evento acontecer devido à influência de um fator específico e as chances deste evento acontecer sem a interferência deste fator. Como estamos trabalhando com uma variável de interesse com três categorias em ordem crescente (não pobre, pobre e extremamente pobre), a razão de chances dá a chance de acontecer uma das categorias (a de menor valor, não pobre) versus uma combinação das outras duas categorias (de maior valor, pobre e extremamente pobre). Logo, quando a razão de chances é maior que um, significa que as chances da primeira categoria em relação às outras duas aumenta com a mudança da variável explicativa. No caso em que temos apenas duas categorias, não ser pobre e ser extremamente pobre, a análise mostra exatamente como a chance de uma delas está relacionada com a chance da outra dada uma mudança na variável analisada. Por exemplo, ao compararmos famílias com diferentes tempos de moradia, se a razão de chances para um funcionamento analisado for maior que um, significa que à medida que olhamos para famílias com mais tempo de moradia, as chances de ser pobre ou extremamente pobres relativamente a não ser pobre aumentam.

**Quadro 2: Descrição das variáveis, média e desvio-padrão**

Variável	Descrição	Observações	Média	DP
Lnrenda	Logaritmo neperiano da renda total da família	202	7.14	0.76
tempomoradia	Tempo de moradia no Vidigal (em anos)	223	27.84	14.28
Kids_menor14	Número de crianças com menos de 14 anos de idade que moram na casa.	223	0.81	1.07
Crim_menor	Igual a 1 se "acha que a criminalidade diminuiu depois da UPP" e 0 caso contrário.	223	0.69	0.47
relac_policia	Igual a 1 se "a relação com a polícia melhorou após a implementação da UPP" e 0 caso contrário.	223	0.60	0.49
servnovos	Igual a 1 se "depois da pacificação chegaram serviços novos que não existiam no Vidigal?" e 0 caso contrário.	223	0.44	0.50
melhorserv	Igual a 1 se "depois da pacificação houve melhorias em serviços que já existiam?" e 0 caso contrário.	223	0.44	0.50
pes_univers	Igual a 1 se "alguém na família ingressou na universidade" e 0 caso contrário.	223	0.39	0.49
	<b>Distribuição da variável</b>	<b>Observações</b>	<b>%</b>	

Fx_educ	Variáveis binárias que indicam a escolaridade do entrevistado: (%)	223	100
	Nunca estudou	10	4.48
	1ª. a 4ª. Série	54	24.22
	5ª. a 8ª. Série	76	34.08
	Chegou ao 2º. Grau	71	31.84
	Chegou a universidade mas não concluiu	2	0.9
	Concluiu a universidade.	10	4.48

## 4.2 O que mudou pós UPP?

Nesta seção, apresentamos uma análise comparativa dos 13 funcionamentos e do índice sintético que aponta o grau de pobreza da população do Vidigal, antes e depois da UPP, conforme Tabela 1. Seguindo a mesma metodologia de Kerstenetzky e Santos (2009), apresentamos na linha de cada funcionamento as questões que o compõem, de forma que cada valor representa o percentual de pessoas que responderam “Sim” à pergunta relacionada. Também ajustamos as perguntas de forma que quanto maior o percentual, menor a privação relacionada a uma dada pergunta. Os indicadores do funcionamento, cujos resultados estão em negrito, foram calculados com base na média destes percentuais. A partir da comparação entre a 1ª onda e a 2ª. onda, nosso objetivo é simplesmente mostrar quais foram as principais mudanças observadas nas liberdades dos moradores do Vidigal após a implantação da UPP.

### 4.2.1. “Morar bem”

O primeiro funcionamento “morar bem” relaciona-se às condições de moradia das pessoas. As perguntas que constroem este funcionamento perpassam por diversas dimensões que retratam o ambiente domiciliar das famílias, sobretudo características da casa que garantam viver bem e com um mínimo de bem estar.

Da 1ª para 2ª onda, o indicador deste funcionamento apresentou uma piora, ficando bem próximo da linha de pobreza. São duas as dimensões que justificam esta deterioração: a ocorrência de desabamento nas proximidades das moradias e a presença de moradias não feitas de tijolos. Enquanto em 2007, os deslizamentos próximos eram realidade para 25% dos moradores do Vidigal, em 2013, esta incidência aumentou para quase 50%. Em abril de 2010, fortes chuvas causaram grandes deslizamentos de terras em diversos locais do Rio de Janeiro, incluindo o Vidigal. É possível que este evento tenha tido influência nas respostas encontradas. No caso das moradias não feitas de tijolos, uma possível explicação é o surgimento de novas residências, sobretudo menos estruturadas.

Ainda dentro do funcionamento “morar bem”, destacam-se duas condições, que possuem uma relação maior com a questão da violência, que tiveram uma melhora: (i) “nunca foi impedido de subir o morro” e, (ii) “nunca foi impedido de voltar para casa”. As respectivas porcentagens das pessoas que responderam “sim” a estas questões na 2ª onda foram de 62% e 57%, 5 pontos percentuais acima dos valores encontrados na 1ª onda.<sup>5</sup>

O número de moradores que possui casa própria aumentou e passou a ser o item com a maior frequência neste funcionamento. Apesar desta aparente alta liberdade, aqueles que possuem um documento oficial atestando a posse de suas casas continuam sendo uma pequena minoria – menos de 15%. Como descrito por Kerstenetzky e Santos (2009), isto além de gerar uma maior insegurança em relação à posse da casa, pode acarretar em perda de liberdade em outras esferas, como, por exemplo, uma maior dificuldade de acesso a crédito bancário.

<sup>5</sup>Vale ressaltar que esta melhora provavelmente está subestimada, já que a pergunta se refere ao passado sem delimitação temporal, e portanto, também abarca a época anterior à primeira onda.

**Tabela 1: Indicators of functionings**

Indicators of functionings	2007	2013/ 2014	Indicators of functionings	2007	2013/ 2014
<b>"Total"</b>	<b>0,51</b>	<b>0,58</b>			
<b>"Be well sheltered"</b>	<b>0,723</b>	<b>0,674</b>	<b>"Be healthy"</b>	<b>0,622</b>	<b>0,644</b>
Have own home	0,742	0,806	Sleep more than 6 hours a night	0,662	0,495
Adequate ventilation	0,652	0,680	Do not suffer from stress	0,369	0,481
Less than 4 people per bedroom	0,833	0,760	Practice physical activity	0,333	0,271
House made of bricks	1,000	0,687	Never was denied treatment by a doctor	0,576	0,527
House has plastered walls	0,742	0,761	Always have had resources for medicines	0,379	0,709
House never suffered landslide	0,742	0,507	Children <1 year go to the doctor	0,910	0,769
Was never prevented from go up the hillside	0,561	0,620	Have gynecological exam regularly	0,758	0,759
Was never prevented from returning home	0,515	0,570	Community health clinics are sufficient	0,108	0,351
<b>"Do gratifying work"</b>	<b>0,424</b>	<b>0,372</b>	Never had parasitical infections diseases in the family	0,727	0,840
Currently employed	0,755	0,582	Have already had a mammogram (>40 years)	0,730	0,642
Have a job in the formal sector	0,364	0,372	Know that health clinics offer contraceptive methods.	0,939	0,946
Work up to 8 hours a day	0,509	0,408	Know how to prevent sexually transmissible diseases	0,970	0,944
Would not like to switch profession/occupation	0,338	0,336	<b>"Attending to a good schooling level"</b>	<b>0,351</b>	<b>0,450</b>
Would not like to have studied more	0,152	0,164	Attended high school (whether or not graduated) or entered college (whether or not graduated)	0,363	0,473
<b>"Children being protected"</b>	<b>0,758</b>	<b>0,803</b>	Schools in the community are sufficient	0,338	0,398
There are fewer than 3 children in the family	0,879	0,721	<b>"Enjoy the benefit of access to public services"</b>	<b>0,719</b>	<b>0,751</b>
There are no children not in school	0,983	0,849	Have access to electricity	1,000	1,000
There are no children working at present	0,931	0,955	Have piped water at home	1,000	0,989
No child dropped out of school to work	0,627	0,955	Transportation service is suficiente	0,379	0,235
Children play sports	0,545	0,694	Have trash collection service	0,788	0,723
There has never been a teenage pregnancy in the family	0,583	0,644	Have proper drainage for sewage	0,879	0,906
<b>"Have not suffered discrimination"</b>	<b>0,614</b>	<b>0,743</b>	Street paving is adequate	0,773	0,713
Have never suffered discrimination for being a favela dweller	0,682	0,747	Street lighting is adequate	0,409	0,752
Have never had to omit address in filling out a job form	0,818	0,931	Policing is sufficient	0,524	0,692
Do not need to dress well to be respected in the city	0,530	0,741			
Never failed to be hired because of living in a Favela	0,844	0,909			
Have rights guaranteed just as much as people living in the city	0,197	0,386	<b>"Be free from hunger and undernourishment"</b>	<b>0,380</b>	<b>0,544</b>
<b>"Dress adequately"</b>	<b>0,424</b>	<b>0,632</b>	Have never needed to reduce the quantity of food	0,485	0,589
Have enough money to buy clothes and footwear	0,424	0,632	Have never had to switch to cheaper foods	0,275	0,499
<b>"Participate in community life"</b>	<b>0,432</b>	<b>0,418</b>			
Can count on the help of neighbors	0,712	0,678			
Have relatives in the community	0,727	0,761			
Participate in cultural activity	0,167	0,071	<b>"Live without fear"</b>	<b>0,572</b>	<b>0,749</b>
Participate in an association in the community	0,121	0,163	Gun battles are not frequent	0,833	0,964
<b>"Participate in the associative life of the city"</b>	<b>0,030</b>	<b>0,071</b>	Nobody in the family has been hit by a stray bullet	0,894	0,912
Participate in an association in the city	0,030	0,071	Never suffered police brutality	0,742	0,834
<b>"Be happy and proud of oneself"</b>	<b>0,540</b>	<b>0,703</b>	Never had house invaded	0,727	0,799
Happy	0,864	0,923	Not afraid to leave home	0,394	0,687
Proud to live in Vidigal	0,727	0,768	Have not changed habits because of violence	0,333	0,668
Would not trade house for one in another part of the city	0,364	0,634	Have not lost a friend/acquaintance in a gunfight	0,348	0,605
Would not like to see children and grandchildren leave the favela	0,212	0,485	Violence is not destroying friendship relationships	0,303	0,522

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

#### 4.2.2. "Ser saudável"

Outro funcionamento importante, sobretudo no aspecto individual, relaciona-se à saúde, ou melhor, "ser saudável". Comparando a 1ª e a 2ª ondas, registra-se uma pequena melhora, contudo, persiste um valor baixo, indicando que os moradores do Vidigal são pobres nesta dimensão.

"Dormir mais de seis horas por noite" foi o indicador com a piora mais significativa entre os dois períodos, o que talvez possa ser explicado pelo aumento do número de horas trabalhadas por dia, dentre os que trabalham. O nível de estresse declarado diminuiu um pouco e seus principais fatores sofreram grande alteração. O cansaço (principalmente por trabalhar fora e dentro de casa) que, em 2007, foi relatado por somente 17% das entrevistas, em 2013/2014 foi tido como a principal causa para metade dos que sofrem com o estresse.

A falta de dinheiro para compra de medicamentos passou a ser preocupação para uma menor parcela dos moradores. A melhora financeira parece mesmo ter sido uma realidade para as famílias, sendo assim, caiu pela metade a quantidade de pessoas que relataram terem ficado impossibilitadas de comprar medicamentos por falta de dinheiro (de 38% para 19%). Isso coincide com o período de crescimento econômico e redistribuição de renda no país. Ademais, também houve uma expansão de programas de Farmácia Popular onde determinados tipos de medicamentos são oferecidos gratuitamente para as famílias.

Com relação à oferta de serviços de saúde, o percentual é baixo nos dois momentos. A percepção de melhora no decorrer do período está ligada, possivelmente, ao atendimento e à infraestrutura do posto de saúde, bem como à consolidação do atendimento domiciliar, via a “Estratégia de Saúde da Família”. O Vidigal, contudo, no momento de realização da pesquisa de campo, permanecia com somente um posto de saúde, para atender mais de 10 mil moradores- e a construção de uma UPA tinha sido uma demanda recorrente. Quando focamos nas diferentes formas de atendimento, notamos uma piora no atendimento clínico de crianças com menos de 1 ano de idade e na incidência de realização de mamografias, como forma preventiva do câncer de mama, para mulheres com idade superior a 40 anos.

#### **4.2.3. “Realização de um trabalho gratificante”**

A realização profissional dos indivíduos relaciona-se à percepção de ter um trabalho gratificante. O valor de seu indicador que era de 0,43 na 1ª onda, passou para 0,37 na 2ª onda. Esta dimensão reflete uma situação de extrema pobreza neste funcionamento, pois os percentuais que o compõem são baixos e houve uma piora no decorrer dos anos.

Quando nos detemos nos seus itens, observamos que o percentual de pessoas empregadas foi reduzido e, por outro lado, entre os que estavam empregados aumentou o percentual com jornada mais intensa. Destaca-se que os indicadores de informalidade são ainda bastante elevados. Almejar trabalhar em outra profissão e desejar ter estudado mais continuam sendo desejos da grande maioria dos moradores desta comunidade - indicativos de que não estão plenamente satisfeitos com a situação que lhes é imposta pelas oportunidades existentes no mercado de trabalho.

Em relação à ocupação atual, somente 5% trabalham em alguma profissão com nível superior (socióloga, pedagoga, enfermeira, advogada). Se os trabalhos realizados não se mostraram tão distintos nas duas pesquisas, houve uma grande mudança em relação àqueles almejados. O desejo de exercer uma profissão que exigisse formação superior em 2007 foi de pouco mais de 20% das entrevistadas (sendo enfermeira e veterinária as que mais foram citadas), e aumentou para quase 54% em 2013/ 2014, com as mais diversas profissões – psicóloga, professora, médica, advogada, juíza, engenheira, enfermeira, veterinária, dentre outras. Essa mudança pode refletir uma melhora percebida no conjunto geral de oportunidades ou em alguns itens nele, que tornaria as aspirações dos indivíduos ainda mais elevadas, em linha com a observação usual de Sen quanto ao fenômeno de preferências adaptadas às possibilidades.

#### **4.2.4. “Ter um bom nível de escolaridade”**

O grau de escolaridade das moradoras do Vidigal melhorou ao longo desses anos. O indicador sumário deste funcionamento passou de 0,35 para 0,45. Esta melhora pode estar relacionada à nova política de segurança. Um local com menos conflitos proporciona uma maior liberdade para as pessoas voltarem mais tarde para casa, possibilitando, assim, que aquelas que trabalham durante o dia possam estudar à noite. Mães que tem crianças se sentem mais seguras de deixá-las em casa para irem à escola. Também, é provável que as interrupções às aulas por causa de tiroteios estejam ocorrendo consideravelmente menos, diminuindo o desestímulo dos alunos.

No entanto, apesar desta melhora, o indicador do funcionamento “ter uma boa escolaridade” ainda é extremamente baixo.

Em relação aos anos de estudo, apenas 5% concluiu uma faculdade. Quase 17% estudaram somente até o primeiro ciclo do ensino fundamental e o ensino médio foi cursado (completo ou não) por 41% delas. Mesmo sendo uma proporção bastante baixa (1,6%), é relevante mencionar que ainda há pessoas que nunca frequentaram a escola. Em termos de oferta, tanto de creches quanto de escolas, a privação realmente é grande, pois 39,8% dos respondentes na 2ª onda afirmaram não considerar este número suficiente.

#### **4.2.5. “Ter os filhos protegidos”**

Ter os filhos protegidos foi o funcionamento mais elevado em ambas as pesquisas e ainda apresentou uma melhora ao longo dos anos. Uma ressalva deve ser feita para o fato de não terem sido incluídas neste funcionamento questões relativas à violência e ao tráfico de drogas, como apontam Kerstenetzky e Santos (2009), uma vez que se optou por ter um funcionamento que abordasse unicamente estas questões.

Ao longo destes anos, a quantidade de crianças que teve que deixar a escola para trabalhar diminuiu significativamente (de 37% para menos de 5%). É curioso notar que havia mais crianças fora da escola na segunda onda. Como elas não estão trabalhando é possível concluir que são crianças menores, em idade de creche, e que estão em casa, pois há menos mulheres trabalhando e, portanto, com maior disponibilidade para cuidar delas ao invés de precisar pagar uma creche. É bem possível que essas mulheres não estejam trabalhando justamente para cuidar dessas crianças, já que há poucas creches públicas no Vidigal – insuficientes para suprir a demanda existente. Os indicadores também mostram que o percentual de gravidez na adolescência se reduziu da 1ª para a 2ª onda.

#### **4.2.6. “Ter acesso a serviços públicos”**

O acesso aos serviços básicos apresentou uma melhora entre os dois momentos da pesquisa, principalmente no que diz respeito à iluminação pública das ruas. Uma provável explicação para esta melhora foi a implantação do “Vamos Iluminar”<sup>6</sup>. Foram realizadas frequentes vistorias com o intuito de resolver problemas de pontos apagados. É comum que locais com presença ostensiva de traficantes tenham suas lâmpadas propositalmente apagadas para dificultar uma possível entrada da polícia. Portanto, a implementação da rotina e a diminuição da presença de traficantes nas ruas podem ser explicações bastante significativas para esta melhora.

Como será visto na seção 6, ainda são muitas – e complexas – as tensões envolvendo moradores e policiais, como decorrência de uma conflituosa e conturbada relação ao longo de muitos anos. É, portanto, um importante resultado a melhora na percepção das moradoras do Vidigal sobre o policiamento na favela. Em 2007 pouco mais da metade das entrevistadas achava que o policiamento era suficiente e em 2013, algum tempo depois da instalação da UPP, este percentual aumentou para quase 70%.

Outro ponto importante, diz respeito à qualidade dos serviços prestados. Atualmente, a maioria das favelas do Rio de Janeiro – incluindo o Vidigal – passou por algum processo de urbanização, que proporcionou a instalação de infraestrutura básica (rede de encanamento de água, rede de esgoto, postes e fiação elétrica, etc.). No entanto, a prestação de tais serviços é, muitas vezes, precária. Quando perguntadas se os serviços de luz, água, coleta de lixo e esgoto eram regulares e de boa qualidade, 61,8% das moradoras disseram que não. A falta recorrente de luz foi relatada por 54,6% das entrevistas e de água por 62,5%.

---

<sup>6</sup> O Vamos Iluminar foi uma ação proposta pela UPP Social na qual a Rio Luz passava a fazer uma rotina de manutenção constante, como nas demais áreas da cidade. Agentes da UPP Social percorriam o território e faziam o levantamento dos locais que precisavam de algum reparo (lâmpadas queimadas, conserto de braçadeiras, etc.) e com uma periodicidade combinada (dependia do tamanho do território), os técnicos da Rio Luz iam, acompanhados dos agentes da UPP Social, para consertar todos os problemas levantados. A implantação do Vamos Iluminar facilitou a logística e a atuação da Rio Luz. Antes alegava-se não haver estrutura suficiente para, recorrentemente, resolver demandas pontuais. O que significava, na prática, uma quase total ausência na prestação deste serviço de manutenção.

Vale ainda destacar que dentre os serviços básicos, a maior privação encontra-se na questão da mobilidade, pois o percentual que considera os serviços de transporte suficientes é muito baixo (37,9% na 1ª onda e 23,5% na 2ª onda).

O funcionamento “Acesso a Serviços Públicos” apresentou uma média total alta, chegou a 0,751 na 2ª onda, acima do registrado para a 1ª onda, valor de 0,719. Em termos de pobreza, o resultado do funcionamento não sinaliza uma situação média de pobreza, contudo, isto se dá por conta das menores privações em determinados quesitos, conforme já salientado.

#### **4.2.7. “Não sofrer discriminação”**

Um percentual menor de moradoras do Vidigal declararam sofrer discriminação e preconceito no segundo momento da pesquisa e este funcionamento deixou de retratar uma situação de pobreza. É possível dizer que após a implantação das UPPs, houve uma melhora na percepção da sociedade como um todo em relação às favelas e a seus moradores. Neste quesito, o Vidigal foi um dos mais “beneficiados” com esta mudança, pois por estar em um lugar privilegiado, com um das mais belas vistas da cidade, passou a ser muito frequentado por moradores mais abastados, da zonal sul da cidade. Diversas festas e eventos culturais foram realizados ali e foram construídos albergues e até mesmo um hotel de luxo no alto do morro. Morar no Vidigal passou a ser considerado *cool* para algumas pessoas de fora. Entretanto, vale ressaltar que mais de 60% das entrevistadas acham que moradores do Vidigal não tem seus direitos garantidos tanto quanto os demais moradores da cidade.

#### **4.2.8. “Comer adequadamente”**

O funcionamento “comer adequadamente” melhorou de 2007 para 2013, passando de 0,38 para 0,54. O quadro de extrema pobreza deixou de ser realidade para este funcionamento. De todo modo, este funcionamento ainda retrata um alto grau de vulnerabilidade e pobreza da população do Vidigal. Cerca de 40% na 2ª onda teve que reduzir a quantidade de alimentos dado o seu orçamento. Na 1ª onda, aproximadamente 70% tinham que comprar alimentos mais baratos para dar conta do orçamento. Já na segunda onda houve uma melhora: este percentual passou para 50%, sendo ainda consideravelmente alto.<sup>7</sup>

#### **4.2.9. “Vestir-se adequadamente”**

O funcionamento “vestir-se adequadamente” também apresentou melhora ao longo dos anos, passou de 0,424 para 0,632, entre a 1ª e a 2ª onda. As moradoras do Vidigal deixaram a condição de extrema pobreza nesta dimensão, mas a falta de recursos financeiros para obter vestuários adequados ainda é sentida por 36% delas.

Estes dois últimos funcionamentos (comer e vestir-se adequadamente) são os que estão mais diretamente relacionados à renda e apontam para uma melhora das condições financeiras dos moradores do Vidigal.

#### **4.2.10. “Participar da vida na comunidade”**

A pequena participação na vida comunitária do Vidigal aponta para uma condição de pobreza extrema neste funcionamento. Os resultados não foram muito distintos entre os dois anos da pesquisa, mas houve uma pequena piora no período. Se a presença de parentes na comunidade parece ter aumentado um pouco, atualmente menos entrevistadas tem a possibilidade de contar com a ajuda dos vizinhos. Na pesquisa anterior, de 2007, foi mencionado que a violência aparecia nas perguntas abertas como a principal responsável por uma escassa vida comunitária. Contudo, a presença da UPP pós 2012 não parece ter

---

<sup>7</sup>Vale destacar que é possível que a melhora esteja subestimada, já que a pergunta não tem um recorte temporal específico.

alterado esse quadro. Chama a atenção neste funcionamento a participação na vida associativa e cultural, extremamente baixas, nos dois momentos da pesquisa.

Um ponto interessante para ressaltar é que o teatro foi a atividade mais praticada dentre as que realizavam alguma atividade cultural e, também, que mais mulheres gostariam de participar. Esta forte ligação com o teatro pode ser apontada pela presença, há 30 anos, do grupo de teatro Nós do Morro, que além de ser muito atuante dentro da comunidade é bastante reconhecido por toda a cidade. Diversos atores famosos são “crias” deste projeto. Isto pode indicar que a pequena participação, bem como a aparente falta de interesse por outras atividades culturais, aponta para uma carência na oferta de atividades. Ou seja, pode retratar outra falta de oportunidade dos moradores do Vidigal (e de favelas em geral).

Na 2ª onda, duas novas perguntas foram adicionadas, mas mantivemos o cálculo do funcionamento sem incluí-las para permitir a comparação entre as ondas. A primeira pergunta inserida foi sobre a participação no processo de escolha da associação de moradores. Apenas 47% responderam que votaram para escolher os representantes da associação. Ou seja, menos da metade participa deste processo de escolha, indicando pouca participação ou interesse. A outra pergunta se referia ao interesse de se manter informado sobre o que acontece no Vidigal. Este percentual foi de 64%. Apesar de relativamente baixo, ao menos mostra que mais da metade procura se informar.

#### **4.2.11. “Participar da vida associativa da cidade”**

A participação na vida associativa da cidade se mostrou ainda mais baixa do que dentro do Vidigal. Apenas 7% das moradoras fazem parte de alguma associação como clube, partido, sindicato, movimento social, etc. Há uma enorme desigualdade social entre o Vidigal e seus bairros vizinhos, Leblon e São Conrado (que são uns dos mais ricos da cidade), o que, sem dúvida, dificulta a integração entre seus moradores e suas atividades. Como mostram Kerstenetzky e Santos (2009), isto vai de encontro ao senso comum de que moradores de favela tem um grande capital social. Mais do que isso, o capital social do qual elas usufruem é redundante, advindo de laços fortes entre pessoas próximas, e não o capital social diversificado proveniente de laços fracos entre pessoas menos próximas. Ou seja, apesar de poderem contar com certa rede de apoio (especialmente familiares), não integram uma rede que poderia proporcionar novas e diferentes informações e oportunidades.

#### **4.2.12. “Viver sem medo”**

O funcionamento “viver sem medo” é o que tem a relação mais direta com a nova política de segurança. Todos os seus indicadores apresentaram melhora e pode-se dizer que os moradores do Vidigal deixaram de ser pobres nesta dimensão. Ainda há diversas marcas da violência na vida dos moradores desta favela – por exemplo, quase metade das entrevistadas ainda sentem que relações de amizade são afetadas. Mas, o medo de sair de casa e a necessidade de mudar de hábitos por causa da violência caiu consideravelmente. Os tiroteios também aparentam ter diminuído muito. Estes resultados podem indicar que a nova política de segurança, em seu momento inicial, conseguiu proporcionar um impacto positivo na vida dos moradores do Vidigal em relação à diminuição da violência cotidiana.

#### **4.2.13. “Viver feliz e ter orgulho próprio”**

As moradoras do Vidigal deixaram de ser pobres no funcionamento “viver feliz e ter orgulho próprio”. Todos os seus indicadores apresentaram melhora. É plausível pensar que a diminuição da violência e a “valorização” do Vidigal por outras pessoas que moram em bairros formais da cidade podem estar relacionados a este aumento no bem-estar. A quantidade de entrevistadas que responderam ter orgulho de morar no Vidigal aumentou pouco, mas o percentual das que trocariam sua casa por outra similar, de mesmo tamanho em outro bairro da cidade e daquelas que gostariam que seus filhos e netos deixassem o morro diminuiu bastante. Mesmo tendo diminuído, este último indicador ainda pode ser considerado elevado. Isto indica que, mesmo gostando e tendo orgulho de morar ali, as entrevistadas ainda identificam

uma série de vulnerabilidades a que estão sujeitas seus habitantes – como a falta de serviços adequados, de acesso à cultura, de oportunidades em geral, por causa da violência, entre outros fatores.

\*\*\*

A Tabela 2 mostra, de forma sintética, os resultados dos índices de liberdade nos dois anos da pesquisa. De um modo geral, é possível dizer que o grau de liberdade dos moradores do Vidigal, revelado pela evolução dos seus funcionamentos como um todo, se mostrou maior a partir do momento em que passa a vigorar a UPP. Enquanto a maior parte dos funcionamentos permaneceu em nível similar, em cinco deles houve progresso. Na contramão, em apenas três deles, “morar bem”, “fazer um trabalho gratificante” e “participar da vida comunitária” houve uma piora. No entanto, é importante observar que, a despeito das variações em cada um deles, e da melhora do Índice de Funcionamentos Total, os moradores do Vidigal continuaram pobres em 2013-2014.

Adicionalmente, como foi possível constatar ao longo da seção, os funcionamentos que tiveram progressos mais significativos foram os mais diretamente relacionados à melhoria de renda e ao senso de empoderamento da população: “comer adequadamente” e “vestir-se adequadamente” no primeiro caso e “viver sem medo e com esperança no futuro”, “não sofrer preconceito” e “ser feliz e ter orgulho próprio”, no segundo. Enquanto o primeiro fator reflete em boa medida um bom momento econômico e distributivo no país, o segundo fator sugere efeitos da nova política de segurança pública, a UPP.

**Table 2: Synthesis of the IFs by functioning**

Functionings	Wave 1		Wave 2	
	IF	DEGREE OF POVERTY	IF	DEGREE OF POVEI
F1: Be well sheltered	0,723	Notpoor	0,674	Notpoor
F2: Be healthy	0,622	Poor	0,644	Poor
F3: Do gratifying work	0,477	Extremelypoor	0,372	Extremelypoor
F4:Attending to a good level of schooling	0,351	Extremelypoor	0,450	Extremelypoor
F5:Children being protected	0,758	Notpoor	0,803	notpoor
F6:Enjoy the benefit of access to basic services	0,719	Notpoor	0,751	notpoor
F7:Do not suffer discrimination	0,65	Poor	0,743	notpoor
F8:Be free from hunger and undernourishment	0,38	extremelypoor	0,544	Poor
F9:Dress adequately	0,424	extremelypoor	0,632	Poor
F10:Participate in community life	0,432	extremelypoor	0,418	Extremelypoor
F11:Participate in the associative life of the city	0,03	extremelypoor	0,071	Extremelypoor
F12:Live without fear and with hope for the future	0,572	Poor	0,749	Notpoor
F13: Be happy and proud of oneself	0,54	Poor	0,703	Notpoor
<b>Average</b>	<b>0,51</b>	<b>Poor</b>	<b>0,580</b>	<b>Poor</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

### 4.3 Classificação da condição de pobreza

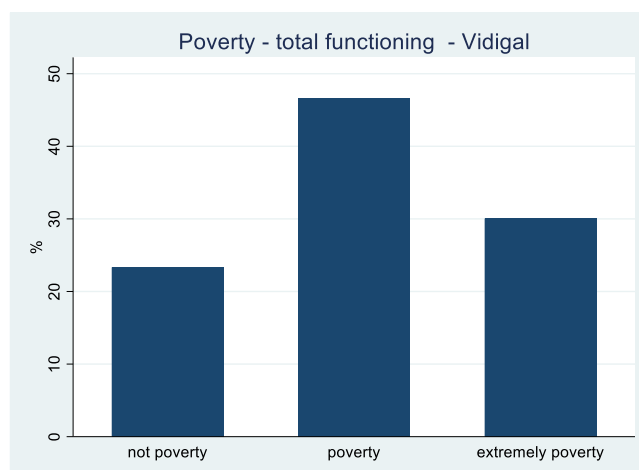
Tendo visto a evolução dos índices de funcionamento, agora nos detemos sobre a distribuição da condição de pobreza segundo a nossa classificação que separa famílias não pobres, pobres e extremamente pobres. Será que a distribuição da condição de pobreza é muito diferente entre os funcionamentos? Existem funcionamentos onde a condição de extrema pobreza é mais intensa? Esta seção nos servirá como contextualização do que iremos analisar na seção 5, que são os fatores que



influenciam a classificação de uma família ser ‘não pobre’, ‘pobre’ ou ‘extremamente pobre’. Usamos nesta seção apenas os dados da 2ª onda.

Para o indicador resumo dos funcionamentos (if\_tot), como pode ser visto no Gráfico 1, observamos que 47% dos entrevistados na segunda onda são classificados como pobres, e, por sua vez, ainda um percentual relativamente alto (30%) na situação de extrema pobreza, segundo a nossa classificação conforme a seção 3. Esta situação é observada para todos os indicadores de funcionamentos, como pode ser visto no Anexo I, onde inserimos gráficos similares ao gráfico 1, contudo, para cada um dos 13 funcionamentos analisados na subseção anterior.

Graph 1



Fonte: elaboração própria a partir da pesquisa.

Dos gráficos do Anexo I, tiramos algumas conclusões descritivas sobre a distribuição dos índices de funcionamentos. Destacamos que para alguns índices, a condição de extrema pobreza prevalece, mostrando a vulnerabilidade nestas dimensões. O pior cenário é com relação à questão da escolaridade, conforme pode ser visto no gráfico I.d, onde mais de 80% das pessoas podem ser classificadas como extremamente pobres. Em termos de escolaridade, este resultado é fortemente influenciado pela percepção de que existem poucas creches e professores desta etapa de escolaridade na favela. Outro fator que influencia bastante, conforme já dito na seção descritiva é o baixo percentual de moradores que ingressaram no ensino superior.

Outro índice onde a pobreza extrema é perceptivelmente alta capta indicadores sobre inserção no mercado de trabalho (“*do gratifying work*”). O trabalho informal é uma constante para grande parte dos indivíduos moradores do Vidigal. Grande parte responde que tem como desejo se inserir de uma melhor forma na atividade econômica, com mais horas e mais direitos de trabalho.

Nos demais gráficos, sempre há um percentual relativamente alto de pessoas que são classificadas como pobres ou extremamente pobres. Alguns funcionamentos onde a vulnerabilidade parece ser considerada mais baixa são: morar bem e acesso aos serviços públicos. Também surpreende o percentual alto dos índices que indicam viver sem medo e ser feliz e orgulhoso como “não pobres”, conforme já detalhado na seção descritiva. Os gráficos l e m apontam isto, pois mais de 60% dos respondentes são classificados como não pobres. É também interessante notar, que das pessoas que tiveram a percepção que a situação em termos de crime no Vidigal melhorou, mais de 70% estavam classificadas nestes funcionamentos como não pobres.

Outras variáveis que relacionam a situação de violência ou de melhoria com a existência da UPP também seguem o mesmo caminho (chegada de novos serviços e melhora de serviços existentes, por exemplo). Cerca de 43% dos entrevistados relataram maior segurança depois da implementação da UPP: destes, mais de 70% foram classificados como não pobres nos funcionamentos citados acima.

Ao longo da seção 4, fizemos algumas suposições mais intuitivas para a possível relação entre a nova política de segurança implementada e a melhora nos índices de liberdade a partir da comparação das respostas das duas pesquisas. Na próxima seção, mostraremos os resultados das regressões do logit ordenado para compreender, de fato, quais fatores podem influenciar os níveis destes funcionamentos, sobretudo aqueles que estão mais diretamente relacionados à existência da UPP, como a chegada de novos serviços públicos e a melhora nos serviços existentes, um melhor relacionamento com a polícia e a percepção de redução da criminalidade.

## **5. Resultados da análise econométrica: determinantes da pobreza**

Nesta seção apresentamos os principais resultados encontrados para a estimação das probabilidades de ser não pobre, pobre e extremamente pobre, conforme definido na seção 3. Para cada um dos indicadores, estimamos as probabilidades de ser extremamente pobre, pobre e não pobre com o intuito de identificar fatores que as influenciam. Estes fatores são as variáveis descritas no Quadro 2, seção 3. Para os índices onde apenas duas destas condições aparecem, ou seja, não ser pobre ou ser extremamente pobre, estimamos a influência das variáveis considerando apenas estas duas opções.<sup>8</sup> Isto acontece para os seguintes funcionamentos: “attending to a good level of schooling”, “be free from hunger and undernourishment”, “dress adequately”, “participate in community life”, “participate in the associate life of the city” e “live without fear and with hope for the future”.

A fim de apresentar os resultados de forma mais intuitiva, mostraremos as direções dos efeitos de cada uma das variáveis explicativas sobre a probabilidade de entrar na pobreza, seja como pobre ou extremamente pobre. As estimações completas estão nas tabelas do Anexo II. Vale destacar que nos deteremos sobre os resultados que consideramos mais importantes.

Apenas para entender os resultados, é importante destacar que empregamos uma técnica que considera o ordenamento da nossa variável de interesse que é a classificação da condição de pobreza. Nossa classificação foi definida de forma que varia de 1 (não pobre) a 3 (extremamente pobre). Ou seja, a intensidade da pobreza aumenta com o valor da variável de interesse (classificação de pobreza). Desta forma, na leitura das tabelas de resultados, isto significa que quando encontramos um coeficiente negativo para uma variável explicativa, se o seu valor aumenta, a variável de interesse diminui, ou seja, a probabilidade de ser não pobre deve crescer. O inverso acontece, ou seja, quando o coeficiente encontrado é positivo, a probabilidade de ser extremamente pobre deverá ser maior.

Desta forma, a Tabela 3 mostra o resumo dos principais resultados. Quando a seta vai para cima (seta vermelha), significa que a probabilidade da condição de pobreza aumenta se a variável explicativa aumenta em uma unidade (caso de variável contínua, tal como renda) ou se muda de uma condição para outra (caso de variável discreta binária, tal como responder que a criminalidade não diminuiu depois da pacificação comparado com o caso de acreditar que diminuiu). Por outro lado, a seta vai para baixo (seta azul), quando o inverso acontece, ou seja, a condição de pobreza fica menos provável relativamente à de ser pobre ou extremamente pobre. Para os funcionamentos onde só se tem duas opções: pobre e extremamente pobre, vale o mesmo raciocínio: quando a seta é vermelha significa que a condição de pobreza é mais provável que a de não ser pobre e quando a seta é azul, ocorre o contrário.

---

<sup>8</sup> Cabe destacar que para alguns funcionamentos, os cutpoints não foram significativos, tais como: attending to a good level of schooling, children be protected, enjoy the benefit of access to basic services, dress adequately, participate in the associate life of the city e be happy and proud of oneself. Nestes casos, chamamos a atenção apenas para resultados relevantes. Para outros funcionamentos, um dos dois cutpoints não foi significativo, e, da mesma forma, também seremos cautelosos com as interpretações.

**Table 3: Síntese da direção dos efeitos sobre os funcionamentos**

if	Variáveis										
		Income	dwelling time in years	# children under 14	crime has reduced	improved relationship with police	arrival of new services	better public services	family member at the university	age	Education
if_tot	total functioning	↓	↓	↓	↓	↓	↑	NS	NS	↓	↑
if1	be well sheltered	↓	↑	NS	↑	↓	↑	↓	↑	↓	↑
if2	be healthy	↓	↓	↑	↓	↓	↑	NS	↑	↑	↓
if3	do gratifying work	NS	↓	NS	↓	NS	NS	↓	NS	NS	↓
if4	attending to a good level of schooling	↑	↓	↑	↓	↑	↑	↓	↓	↑	↓
if5	children being protected	NS	↓	↑	↓	↓	↑	↓	↓	↓	↓
if6	enjoy the benefit of access to basic services	↓	↓	↑	↑	↓	↑	↓	↓	NS	↑
if7	do not suffer discrimination	NS	↓	↓	NS	↓	↑	↓	↑	↓	↑
if8	be free from hunger and undernourishment	↓	↑	↑	↑	↓	NS	↑	↓	↓	↑
if9	dress adequately	↓	↓	↓	↑	↓	↓	↑	↓	↓	↑
if10	participate in community life	↓	↓	↑	↓	↑	↓	↑	↑	NS	↓
if11	participate in teh associate life of the city	NS	↓	↓	NS	↓	↓	↑	↓	↑	NS
if12	live without fear and with hope for the future	NS	↑	NS	NS	↓	NS	↑	↑	↓	↓
if13	be happy and proud of oneself	NS	↓	↓	↓	↑	NS	↓	↑	NS	↑

Para o indicador de funcionamento sintético ou total, que agrega a média de todos 13 funcionamentos, conforme apresentado na Tabela II.1 no Anexo II, verificamos que, mantendo todos os demais fatores fixos, se ocorrer um aumento na renda, maiores são as chances de não ser pobre relativamente à condição de ser pobre ou extremamente pobre se não tivesse ocorrido o aumento da renda. Se aumenta o logaritmo da renda em 1 ponto, a razão de chances de não ser pobre versus a combinação de ser pobre ou extremamente pobre é de 0.56 pontos. Em outras palavras, a razão de chance de se mover para uma categoria maior (pobre e extremamente pobre), considerando todas as demais variáveis do modelo constantes, é reduzida em 43,6%.

Para todas estimações do logit ordenado que se mostraram coerentes, o coeficiente da renda familiar foi negativo quando significativo. Quando foi positivo, não foi significativamente diferente de zero. Ou seja, sempre a razão de chances das maiores categorias em relação à categoria de menor valor é reduzida quando a renda familiar aumenta. Estas reduções parecem ser maiores para os índices de funcionamento 2 (be healthy) e 10 (participar da vida da comunidade), 44% e 54%, respectivamente. A renda familiar contribui para reduzir a probabilidade de uma família ser classificada como pobre ou extremamente pobre, ampliando suas oportunidades. Apenas para o funcionamento “attending to a good level of schooling”, o maior nível de renda indica uma maior percepção de pobreza tendo em vista que a razão de chance de ser pobre aumenta em 22%. É possível que isso se deva à maior frustração com relação à educação atingida quanto mais alta a renda, como no fenômeno descrito por Sen de adaptação das aspirações às possibilidades objetivas.

Para o índice de funcionamento total, quase todas as variáveis inseridas no modelo contribuem, em maior ou menor magnitude para a redução das chances de ser pobre ou extremamente pobre, pois as razões de chances são menores do que um. Destacam-se a renda, já descrita, e a variável relacionamento com a polícia (igual a 1 para aqueles que acham que o relacionamento com a polícia melhorou após a implementação da UPP e zero, caso contrário). Tudo mais constante, a razão de chances de se estar numa categoria maior (pobre ou extremamente pobre) relativamente a não ser pobre é reduzida em 45% quando comparamos o caso onde se tem uma melhora do relacionamento com a polícia contra a situação inversa.

Para a variável de relacionamento com a polícia também encontramos, para quase todos os índices de funcionamento, que acreditar que houve uma melhora no relacionamento com a polícia reduz a razão de chances de ser pobre ou extremamente pobre em relação a não ser pobre. Para o índice de funcionamento “acesso a serviços públicos”, tudo mais constante, a queda da razão de chances de se estar na categoria maior (pobre ou extremamente pobre) foi mais expressiva, em 80%, na situação que o relacionamento com a polícia é melhor. Esse resultado pode se dever ao fato de ser a provisão de segurança pública de qualidade um aspecto da própria provisão de serviços públicos.

Outra variável que descreve a percepção sobre a violência é a que indica se as pessoas acreditam que depois da implementação da UPP o nível de criminalidade ficou menor. Espera-se que, tudo mais constante, na situação em que isto acontece, a razão de chances de ser pobre ou extremamente pobre nos diferentes funcionamentos diminui relativamente a não ser pobre. Para o índice de funcionamento total, esta redução foi de 16%, sendo que o destaque foi para o índice de funcionamento que descreve a participação na vida em comunidade, onde esta redução foi de 88%. Para alguns funcionamentos, contudo, a razão de chances de ser pobre e extremamente pobre aumentou, tais como o morar bem, acesso a serviços públicos, “*be free from hunger*” e vestir-se adequadamente. Como se trata de funcionamentos objetivos, a interpretação desse resultado contra-intuitivo é mais desafiadora.

Tudo mais constante, comparando as pessoas que acharam que serviços novos chegaram às comunidades depois da pacificação com as que não acharam isto, observamos que as razões de chances de ser pobre ou extremamente pobre aumentam relativamente a não ser pobre. A razão de chances de estar nas categorias mais altas aumenta em 18% para as pessoas que tiveram esta percepção de mais serviços novos com a pacificação face às que não tiveram esta percepção. Este resultado possivelmente está relacionado ao fato dos serviços novos terem atendido prioritariamente este grupo de pessoas mais pobres.

Com relação à escolaridade, o grupo de referência é formado pelas pessoas sem escolaridade. Como pode ser visto na Tabela 3, para todas as variáveis que indicam a escolaridade, as razões de chances são maiores do que um. Ou seja, a razão de chances de estar nas categorias mais altas (ser pobre ou extremamente pobre) aumenta bastante quando comparamos os que são escolarizados com as pessoas sem escolaridade (grupo de referência). Isto acontece em outros funcionamentos, além do índice de funcionamento total. Pode ser um indicativo de que pessoas mais escolarizadas em alguns funcionamentos sejam mais exigentes na avaliação de falta de oportunidades, tais como no funcionamento de ficar livre de fome, ter acesso a serviços básicos e não sofrer discriminação.

Para as pessoas mais velhas, a probabilidade de ser pobre ou extremamente pobre diminui relativamente a não ser pobre. As razões de chances em quase todos os funcionamentos são menores do que um, indicando que esta probabilidade em média se reduz de 1% a 2%. Isto apenas não é observado em três funcionamentos: *be healthy*, *attending good schooling level*, *participate in associative life of the city*. No funcionamento relacionado à saúde (“ser saudável”), um ano a mais de idade, aumenta a razão de chance de ser pobre e extremamente pobre em 3,7% em relação a não ser pobre. A ideia deste indicador é mostrar as oportunidades em termos de boas condições de cuidados de saúde. Este resultado indica que os que mais necessitam de bons serviços (os mais velhos) parecem não ter as oportunidades requeridas para esse funcionamento.

O tempo de moradia na comunidade reduz ligeiramente a razão de chances de ser pobre ou extremamente pobre (em menos de 1%). Possivelmente porque são as famílias mais estabelecidas as que têm melhores condições. Por outro lado, o tempo de moradia aumenta a razão de chances de ser pobre ou extremamente pobre na dimensão “viver sem medo”. Quanto mais tempo se mora na comunidade, mais extensa é a experiência dos frequentes períodos de violência do passado e, portanto, mais difícil de reduzir a percepção da mesma. Possivelmente, moradores que chegaram depois da implementação da UPP não formaram essa percepção, e é possível que alguns deles tenham sido atraídos ao Vidigal justamente em função da percepção generalizada de menor violência.

Com relação ao número de crianças com menos de 14 anos de idade, observamos que as razões de chance são maiores ou menores que um em diferentes funcionamentos, não nos dando uma sinalização sobre a condição geral de famílias com mais ou menos crianças em termos de pobreza. Contudo, para dois índices

de funcionamento específicos, escolaridade e proteção de crianças, a razão de chances foi maior que um. Ou seja, se o número de crianças aumenta em uma unidade, a razão de chances de ser pobre ou extremamente pobre eleva-se em mais de 50% comparativamente a não ser pobre.

\*\*\*

Os resultados acima nos mostram que os funcionamentos são influenciados de formas diferentes segundo as variáveis escolhidas. Existem fatores que reduzem as chances de ser pobre e extremamente pobre em relação a não ser pobre em alguns funcionamentos e, por outro lado, para outros funcionamentos, aumentam estas chances. A renda é uma das variáveis em que o efeito de reduzir a probabilidade de ser pobre é praticamente generalizado. Contudo, variáveis mais relacionadas a percepções pós pacificação, tais como acreditar que o crime reduziu ou que o relacionamento com a polícia melhorou, também tiveram o mesmo efeito, tendo inclusive afetado mais funcionamentos do que a renda, tais como “children being protected”, participate in associate life of the city” e “live without fear and with hope for the future”.

Para muitas variáveis, tais como as que identificam o grau de escolaridade, o que está sendo captado pode relacionar-se ao crescente grau de exigência sob condições sociais mais dignas. Logo, aí reside uma possível explicação para que pessoas com níveis de escolaridade maior comparativamente aos menos escolarizados, apesar de terem mais oportunidades, são mais propensas a serem pobres ou extremamente pobres em determinados funcionamentos, tais como “be happy and proud of oneself”.

A análise econométrica aqui empreendida mostra, portanto, que a relação entre os indicadores de funcionamentos e de seus determinantes é complexa. As percepções dos indivíduos sobre alguns aspectos mudam bastante conforme suas características, influenciando os resultados em termos de funcionamentos. As realizações são fortemente afetadas pelo contexto. Ter mais escolaridade num ambiente de favelas não necessariamente se converte integralmente na percepção de se possuir uma boa educação. Da mesma forma, acreditar que há menos criminalidade, no contexto de uma favela, pode ter um potencial muito maior de realização tendo em vista o histórico de violência diária.

Na próxima seção, o que iremos fazer é exatamente discutir, à luz dos dados desta mesma pesquisa, os prós e contras da estratégia de pacificação empreendida no Vidigal.

## 6. Discussão sobre prós e contras da política de pacificação (UPP)

A análise mais intuitiva da seção 4 destacou alguns possíveis efeitos da política de pacificação, que teriam sido captados em percepções como a diminuição da criminalidade, o melhor relacionamento com a polícia, a melhora na qualidade dos serviços públicos e novos serviços chegando à comunidade. A análise econométrica da interação entre variáveis e funcionamentos confirmou parcialmente essas interpretações preliminares. Com exceção da melhora nos serviços, cuja percepção não se revelou significativa para a redução da pobreza no funcionamento total, e da percepção de chegada de novos serviços que se associou ao incremento da chance de pobreza, não à sua redução, a diminuição da criminalidade e o melhor relacionamento com a polícia se confirmaram como redutores de chances de pobreza. Este último, com a maior probabilidade dentre todas as variáveis, 45%, se revelou particularmente importante para o funcionamento “acesso a serviços públicos”. Em particular, identificamos associações entre funcionamentos específicos e variáveis relacionadas à presença da UPP na Tabela 4.

**Tabela 4 – Resumo do relacionamento entre funcionamentos e variáveis relacionadas à UPP**

if	Variables	crime has reduced	improved relationship with police	arrival of new services	better public services
if4	attending to a good level of schooling	OK	not OK	not OK	OK

if5	children being protected	OK	OK	not OK	OK
if6	enjoy the benefit of access to basic services	not OK	OK	not OK	OK
if7	do not suffer discrimination	NS	OK	not OK	OK
if12	live without fear and with hope for the future	NS	OK	NS	not OK
if13	be happy and proud of oneself	OK	not OK	NS	OK

Um segmento do questionário se dedicou diretamente à UPP, vamos explorá-lo nesta seção porque ele traz luzes adicionais à nossa investigação.

Quando perguntadas diretamente sobre efeitos da nova política de segurança, de um modo geral, as moradoras do Vidigal disseram que a vida tinha melhorado após a implantação da UPP. Esta foi a percepção de mais de 65% das entrevistadas. Este sentimento de melhora poderia estar relacionado a uma percepção de menor violência e/ou de mais e melhores serviços. Acerca destes, um pouco menos da metade das moradoras declarou que mudanças ocorreram: 47,6% disseram que após a implantação da UPP, novos serviços chegaram e 43,7% que os existentes melhoraram (Table 5). A melhora foi destacada na coleta do lixo, no serviço de energia domiciliar e de provisão de água. De algum modo, a provisão desses serviços era afetada pelos constantes tiroteios e invasões. A análise econométrica traz confirmação para essa associação. Como pode ser visto na tabela 4, a percepção de melhora do relacionamento com a polícia reduz a probabilidade de pobreza para funcionamentos, tais como crianças viverem em segurança, ter acesso a serviços, não sofrer discriminação e viver feliz e orgulho de si próprio.

Entretanto, se dentre os serviços existentes, os públicos apareceram em metade das respostas, destacando sua melhora, em relação à provisão de novos serviços, os públicos foram minoria (pouco mais de 10%). Dentre os novos serviços depois da implementação da UPP constam sobretudo, os serviços mercantis (49,4%). Esses dados indicam que a UPP teria aberto principalmente oportunidades para provedores privados de serviços chegarem ao mercado representado pela favela. Este ponto não deixa de ter importância uma vez que se trata de uma comunidade com baixo nível de renda média<sup>9</sup>.

**Table 5: Distribuição (%) das pessoas segundo a percepção sobre melhora de vida com a UPP - Vidigal**

Questions	Yes	No	Total
As a whole, life is better after the UPP?	65,2%	34,8%	100,0%
After pacification, new services were provided in Vidigal?	47,6%	52,4%	100,0%
After pacification, the services in Vidigal became better?	43,7%	56,3%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Enquanto a avaliação sobre a expansão dos serviços é de certo modo mista (Table 6) - não é generalizada a percepção de que eles se expandiram e entre as moradoras que perceberam alguma expansão a percepção é de que chegaram mais serviços mercantis do que públicos, -, em relação à violência, quase 70% das entrevistadas acham que a criminalidade diminuiu após a UPP e 53% dizem que o tráfico de drogas também diminuiu. No entanto, é curioso notar que, apesar desta percepção de melhora da violência, a maioria dos moradores (54%) não se sente mais seguro com a presença da UPP. Isto pode ser explicado por um longo histórico de conflitos entre a polícia e os moradores de favela em geral. Historicamente, na cidade do Rio de Janeiro, a polícia esteve presente nas comunidades majoritariamente em momentos pontuais, de tiroteio, perseguições a criminosos – com diversos casos de violação dos direitos de moradores – ou em busca de suborno. Por mais que de forma “individualizada” a relação entre os moradores e os policiais não seja necessariamente ruim (76% responderam que a relação entre moradores e a polícia é boa e 68% afirmaram que a relação melhorou após a UPP), prevalece suspeição

<sup>9</sup> Na pesquisa a renda média domiciliar foi ligeiramente inferior a 1500 reais.

acerca da corporação. Mesmo com a entrada de novos policiais para atuarem nas UPPs – que estariam, a princípio, livres dos vícios de truculência e corrupção – a imagem da instituição Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) ainda é muito desgastada entre os moradores das favelas. Diversos foram os relatos que retratam esta desconfiança com a polícia, tais como “infelizmente eles [polícia] são bandidos”, “a polícia sabe onde estão os criminosos e as armas, mas eles não fazem nada”, “são bandidos de farda”. As perguntas que envolviam opiniões sobre a polícia também foram as que tiveram as maiores taxas de não resposta.

**Table 6: Distribuição (%) das pessoas segundo a percepção de chegada de novos serviços depois da UPP - Vidigal**

New services after UPP			
Asphalting	3,2%	Public services	10,8%
Garbage collection	3,7%		
Street lighting	3,9%		
House lighting	5,1%	Public and private services	39,7%
Sports	11,6%		
Social and cultural projects	13,5%		
Other services	9,6%		
Commerce	10,6%	Mercantile	49,4%
Internet	11,6%		
Cable TV	20,6%		
Other mercantile	6,6%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

**Table 7: Distribuição (%) das pessoas segundo a percepção de melhoras dos serviços depois da UPP - Vidigal**

Improvement after UPP in pre existing services			
Water supply service	12,3%	Public services	51,9%
Garbage collection	20,6%		
Street lighting	8,9%		
Basic services in general	4,9%		
Health and education	5,2%		
House lighting	19,6%	Private services	27,6%
Local transport (mototaxis)	7,9%		
Commerce	6,8%	Mercantile	20,5%
Cable TV and Internet	4,7%		
Other mercantile	9,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Outra possibilidade para a não sensação de segurança, pode estar relacionada a falta de clareza que os moradores têm sobre a nova política de segurança. Apenas 15% das entrevistadas acham que a iniciativa está levando em consideração a opinião dos moradores, 16%, que o governo está provendo informações suficientes a eles sobre a UPP e a UPP Social e somente 23% já tinham ouvido falar na UPP Social. Além disso, 77% acreditam que os programas são passageiros e que não irão continuar após a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Isso implica em acreditarem que o tráfico irá retornar o comando do Vidigal e, assim, temem represálias futuras a moradores que venham a ter relações mais estreitas com a polícia.



Aparentemente, a nova política de segurança veio acompanhada de alguns impactos positivos para a vida dos moradores do Vidigal. Mas os dilemas e conflitos ainda estão bastante presentes e para que ela se desenvolva de forma mais consolidada ainda serão necessários diversos esforços e investimentos do poder público.

## 7. Considerações finais

Nessas considerações finais, brevemente mencionaremos objetivos, metodologia, resultados, e interpretações preliminares - além de questões trazidas pela pesquisa empírica para o arcabouço teórico-conceitual da abordagem das capacitações.

Esta pesquisa sobre pobreza como privação de liberdade em um contexto de favela se dedicou a examinar esse tema em uma favela do Rio de Janeiro, dando sequência à pesquisa anterior, realizada em 2007, portanto, em data anterior à implantação de uma importante política de segurança pública nesta e em outras favelas do Rio de Janeiro. Como na pesquisa anterior a privação de segurança aparecia como um dos maiores fatores limitadores dos funcionamentos (tomados como proxy das liberdades) dos moradores da comunidade, nesta nova pesquisa, realizada em período posterior à implantação da UPP, em 2013-2014, o objetivo era documentar a evolução dos indicadores de pobreza e possivelmente também captar algum efeito da nova política de segurança pública. Esses objetivos foram alcançados por meio da utilização da metodologia de computação de funcionamentos adotada na pesquisa de 2007 e pela utilização de um modelo econométrico que nos permitiu estudar a interação entre variáveis selecionadas - além da renda e outras características dos domicílios, variáveis que captam a presença da UPP nas percepções de moradores - e os 13 funcionamentos selecionados.

De um modo geral, observamos redução no nível médio de pobreza da comunidade e também em vários de seus funcionamentos entre as duas ondas da pesquisa. Algumas de nossas observações diretas, descritas na seção 3, nos levaram a inferir que a UPP esteve por trás dessa melhoria. Pudemos comprovar essa interpretação com o estudo econométrico que confirmou a associação entre variáveis como “melhor relacionamento com a polícia” e “percepção de menor criminalidade”, de um lado, e menor chance de pobreza de funcionamentos totais no Vidigal, de outro. Respostas específicas indicam que a percepção de redução da violência foi de fato o fator decisivo e, em menor medida, um melhor relacionamento com a polícia. A expectativa quanto à chegada de novos serviços ou melhoria dos existentes pós UPP, contudo, não se cumpriu de modo decisivo. Aparentemente, apenas o *acesso* a serviços públicos, e marginalmente a chegada de serviços privados, foram aspectos mais importantes, mas secundariamente em relação à majoritária percepção de redução da criminalidade.

Com relação especificamente aos bons resultados de percepção de redução da violência e de melhor relacionamento com a polícia, vale, contudo, alguma qualificação. Moradoras retrataram persistente desconfiança em relação à instituição da polícia militar – pois embora tenham percebido redução no crime, a maioria não se sente mais segura agora, com a presença da UPP, do que antes, possivelmente um resíduo das más experiências do passado. Mais importante foi a constatação de escasso envolvimento da comunidade na realização da política pública, patente no baixo nível de informação sobre alguns de seus aspectos (por exemplo, sobre a UPP Social, um programa complementar à UPP, com espírito mais participativo), e na não consulta aos moradores seja para sua formulação, seja para sua implementação. Como política caracteristicamente top-down, a UPP desperta desconfiança de moradores quanto à sua continuidade - será mantida depois de passados os grandes eventos internacionais programados para a cidade do Rio de Janeiro? - portanto permanece o medo do retorno do tráfico. Infelizmente, esses receios se revelaram premonitórios: as UPPs começaram a ser descontinuadas a partir do ano de 2018 (com algumas unidades oficialmente extintas<sup>10</sup>), no embalo de mudanças políticas no cenário político estadual, alegadamente provocadas por restrições orçamentárias. Favela voltou a ser “problema” no Rio de Janeiro.

---

<sup>10</sup> A UPP do Vidigal permanece até hoje, no entanto casos de ataques dos traficantes à sede da UPP e trocas de tiros entre policias e traficantes voltaram a ocorrer.



Do ponto de vista da abordagem das capacitações, referencial conceitual que permite tratar a pobreza multi-dimensionalmente e como questão de privação de liberdade, o caso da UPP do Vidigal convida à reflexão sobre o tipo de liberdade que políticas públicas deveriam se comprometer a promover. Políticas bem-intencionadas, que visam diretamente a ampliar oportunidades, podem não estar atentas a outras dimensões de liberdade, como, por exemplo, a liberdade de agência. É possível que o envolvimento direto e contínuo dos moradores do Vidigal na nova política de segurança pública não apenas levasse a aumentar sua eficácia, como também possibilitasse alguma proteção política à mesma. É possível que, se apropriando dela, os moradores de favelas pudessem se sentir estimulados a se mobilizar para protegê-la contra tentativas de desmonte. O fim das UPPs não foi politicamente lamentado por ninguém.

## 7. Referências bibliográficas

SEN, A. *The Standard of living*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Desigualdade Reexaminada*. São Paulo / Rio de Janeiro, Record, 2001.

NUSSBAUM, M. *Women and human development: the capability approach*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

Nussbaum, Martha (March 2011). *Creating Capabilities The Human Development Approach*. Belknap Press

PAES DE BARROS, R., CARVALHO, M. e FRANCO, S. *O Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF)*. IPEA, TD n. 986, Rio de Janeiro, 2003.

PERLMAN, J. *The Myth of Marginality: Urban politics and poverty in Rio de Janeiro*. Califórnia, UC Press, 1976.

\_\_\_\_\_. *The Chronic Poor in Rio de Janeiro: What has changed in 30 Years?* Washington, The Journal of Human Development, 2006.

\_\_\_\_\_. *The Myth of Marginality Revisited: The Case of a Favela Rio de Janeiro, 1969-2003*. Washington, World Bank, 2005. [www.worldbank.org/urban.urscd/papers](http://www.worldbank.org/urban.urscd/papers) Acesso em 02 mar. 2006

Kerstenetzky, C.L.; Santos, L., *Poverty as Deprivation of Freedom: The Case of Vidigal Shantytown in Rio de Janeiro*, *Journal of Human Development and Capabilities* 10(2):189-211

COUTO, M. I. M.; **UPP e UPP Social: narrativas sobre integração na cidade**. Tese de doutorado (doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da UERJ, Rio de Janeiro, 2016.

FRANCO, M. **UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado (mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014

HENRIQUES, R. Entrevista com Ricardo Henriques In: RODRIGUES, A.; SIQUEIRA, R; LISSOVSKY, M. (orgs.) **Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões Comunicações do ISER**, nº 67, p. 147 - 157, Rio de Janeiro, 2012

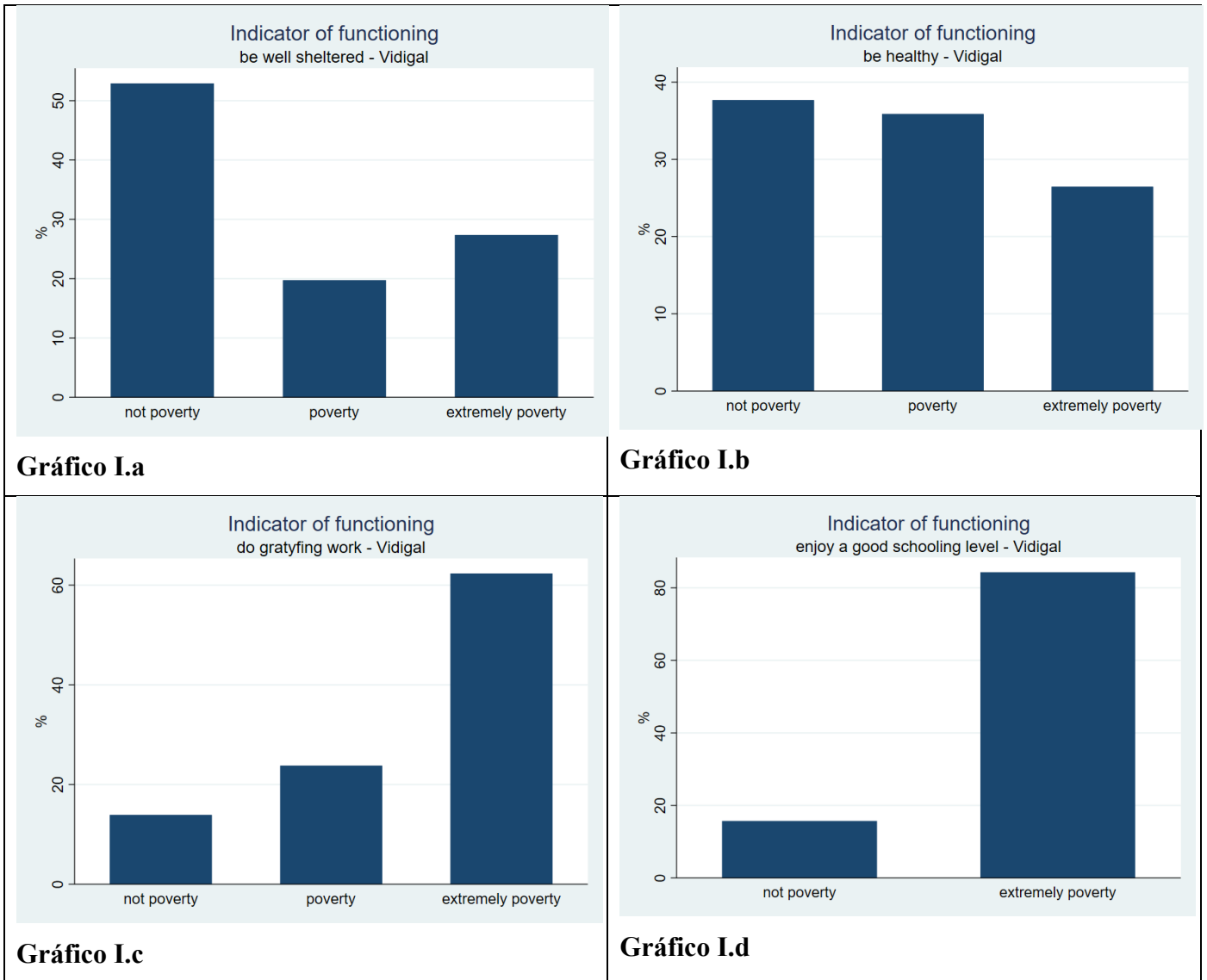
\_\_\_\_\_.; RAMOS, S. **UPPs Social: ações sociais para a consolidação da pacificação**, Rio de Janeiro, 2011.  
Disponível em: <[www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf](http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf)>

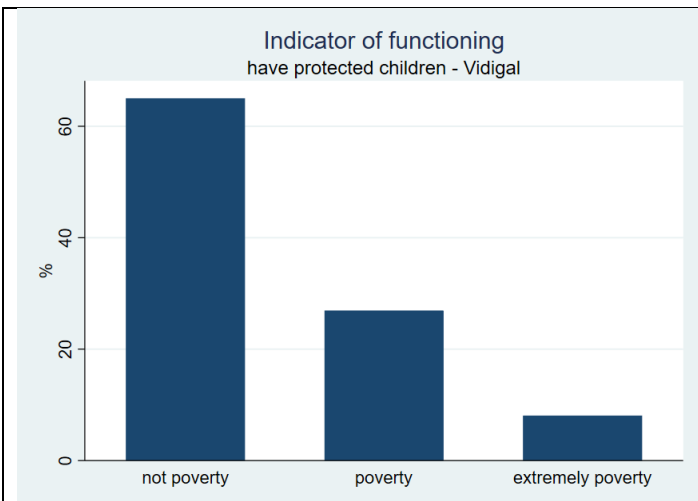
MACHADO DA SILVA, L. A. **Afinal, qual é a das UPPS?**. Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 2010

RODRIGUES, A.; SIQUEIRA, R. As Unidades de Polícia Pacificadora e a Segurança Pública no Rio de Janeiro. In: RODRIGUES, A.; SIQUEIRA, R; LISSOVSKY, M. (orgs.) **Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões Comunicações do ISER**, nº 67, p. 9-52, Rio de Janeiro, 2012

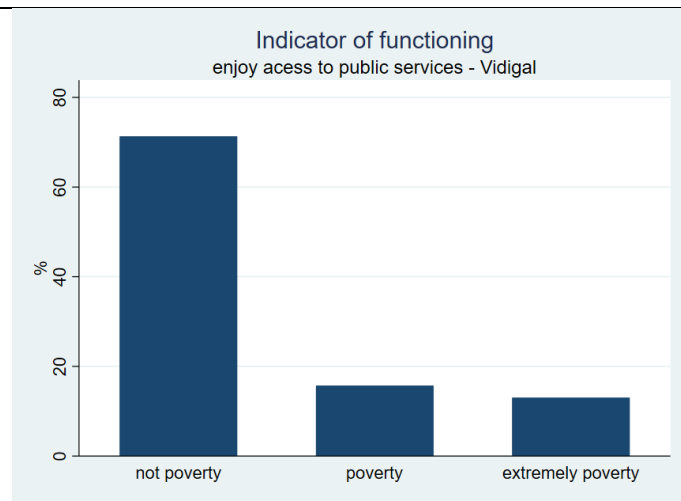
SOARES, B.; et al. O que pensam os policiais. **Revista Ciência Hoje**, vol. 49, nº 294, julho de 2012

## Anexo I

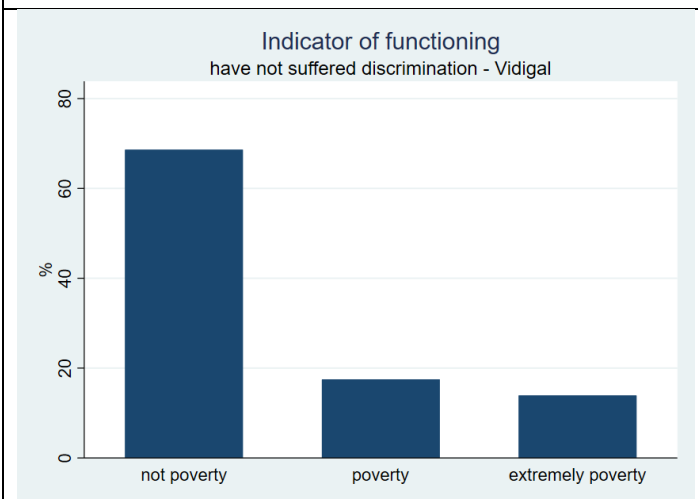




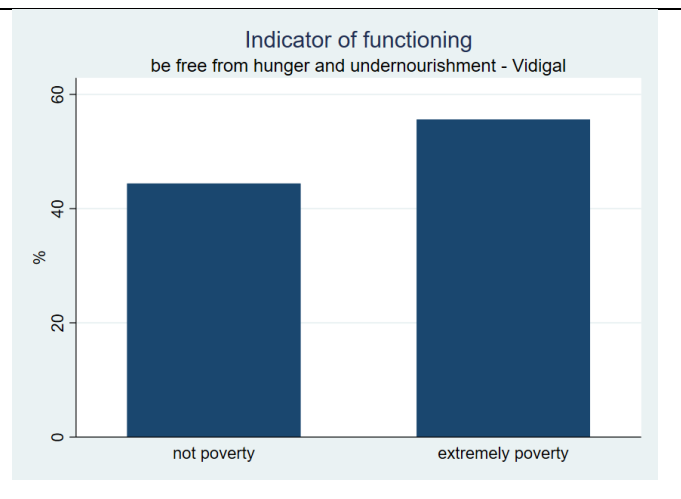
**Gráfico I.e**



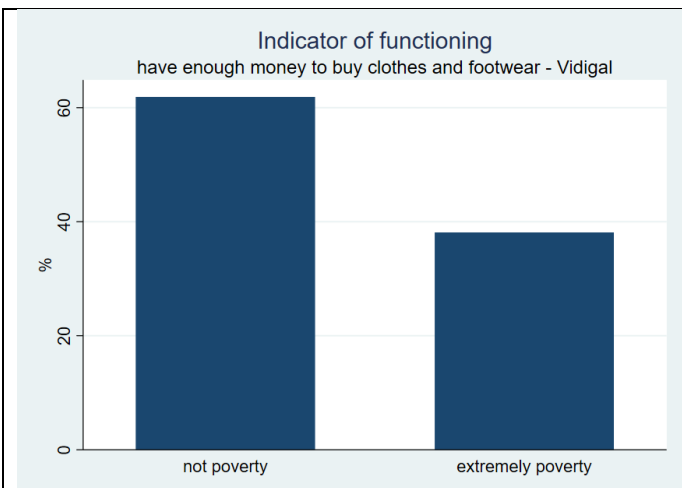
**Gráfico I.f**



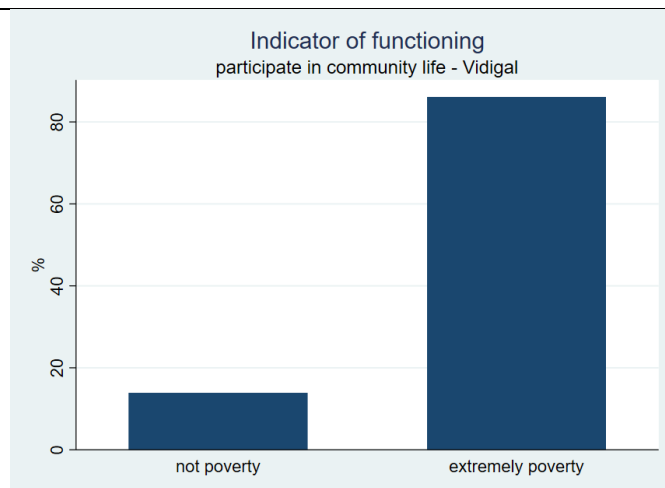
**Gráfico I.g**



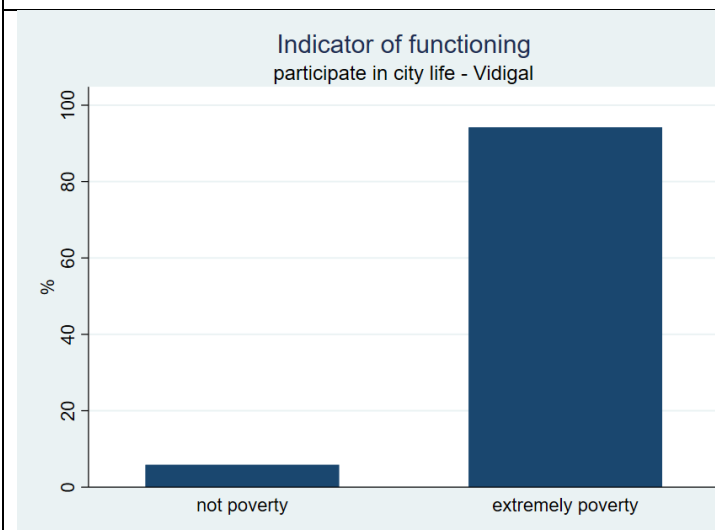
**Gráfico I.h**



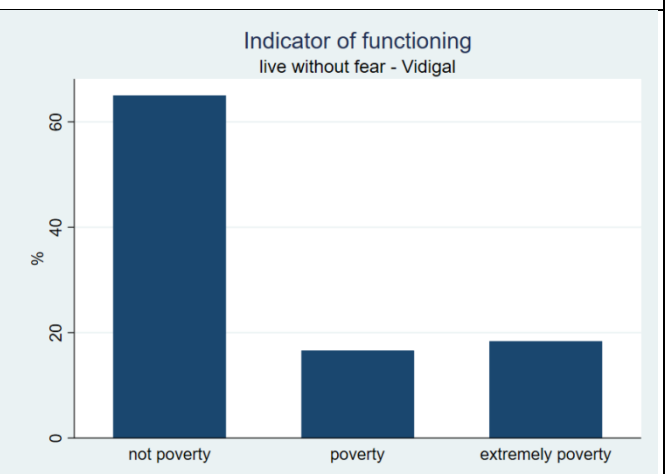
**Gráfico I.i**



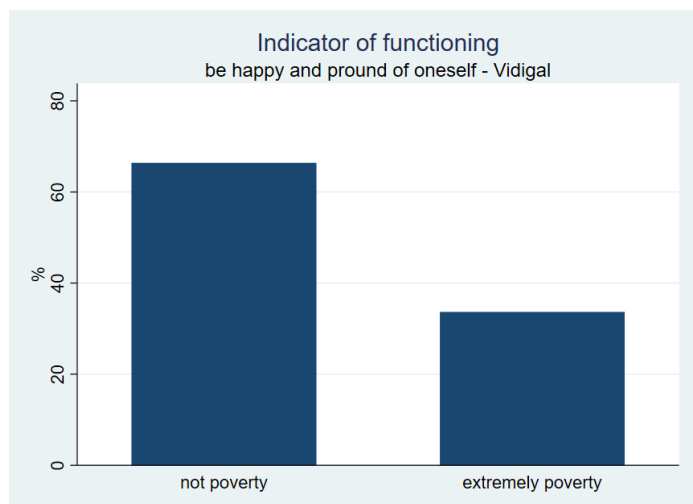
**Gráfico I.j**



**Gráfico I.k**



**Gráfico I.l**



**Gráfico I.m**

# Anexo II

## Table II.1

Variables	if1		if2		if3		if4		if5		if6		if7		if8		if9		if10		if11		if12		if13						
	Coefficients	odds ratio	Coefficients	odds ratio	Coefficients	odds ratio	Coefficients	odds ratio	Coefficients	odds ratio	Coefficients	odds ratio	Coefficients	odds ratio	Coefficients	odds ratio	Coefficients	odds ratio	Coefficients	odds ratio	Coefficients	odds ratio	Coefficients	odds ratio	Coefficients	odds ratio					
lrrenda	-0.572*** (0.0636)	0.564*** (0.0359)	-0.210*** (0.0671)	0.811*** (0.0544)	-0.574*** (0.0686)	0.563*** (0.0387)	0.0901 (0.0668)	1.094 (0.0731)	0.199** (0.0986)	1.220** (0.120)	-0.0139 (0.0697)	0.986 (0.0687)	-0.241*** (0.0728)	0.786*** (0.0572)	-0.0994 (0.0669)	0.905 (0.0605)	-0.143** (0.0674)	0.866** (0.0584)	-1.071*** (0.101)	0.343*** (0.0345)	-0.776*** (0.118)	0.460*** (0.0542)	-0.103 (0.234)	0.902 (0.211)	-0.0954 (0.0650)	0.909 (0.0591)	0.0346 (0.0662)	1.035 (0.0685)			
tempororadia_ano	-0.00837** (0.00334)	0.992** (0.00331)	0.0121*** (0.00336)	1.012*** (0.00340)	-0.0100*** (0.00334)	0.990*** (0.00331)	-0.0279*** (0.00345)	0.972*** (0.00335)	-0.0364*** (0.00763)	0.964*** (0.00735)	-0.0170*** (0.00409)	0.983*** (0.00402)	-0.0228*** (0.00417)	0.977*** (0.00407)	-0.00856** (0.00371)	0.991** (0.00368)	0.00686* (0.00366)	1.007* (0.00368)	-0.00795** (0.00390)	0.992** (0.00386)	-0.0403*** (0.00570)	0.960*** (0.00548)	-0.0427*** (0.00916)	0.958*** (0.00878)	0.0343*** (0.00364)	1.035*** (0.00376)	-0.0241*** (0.00391)	0.976*** (0.00381)			
kids_menor14	-0.120*** (0.0438)	0.887*** (0.0389)	0.0527 (0.0419)	1.054 (0.0441)	0.469*** (0.0441)	1.598*** (0.0705)	-0.0617 (0.0458)	0.940 (0.0430)	0.457*** (0.0858)	1.579*** (0.136)	0.426*** (0.0476)	1.531*** (0.0729)	0.0960* (0.0537)	1.101* (0.0591)	-0.381*** (0.0508)	0.683*** (0.0347)	0.337*** (0.0494)	1.400*** (0.0691)	-0.110** (0.0497)	0.895** (0.0445)	0.169** (0.0828)	1.184** (0.0980)	-0.266*** (0.0941)	0.766*** (0.0721)	0.0237 (0.0460)	1.024 (0.0471)	-0.209*** (0.0489)	0.812*** (0.0397)			
crim_menor	-0.178* (0.0945)	0.837* (0.0791)	0.364*** (0.0963)	1.439*** (0.139)	-0.340*** (0.0935)	0.712*** (0.0666)	-0.328*** (0.101)	0.720*** (0.0725)	-1.731*** (0.213)	0.177*** (0.0376)	-0.381*** (0.115)	0.683*** (0.0787)	0.329*** (0.114)	1.390*** (0.158)	0.0552 (0.100)	1.057 (0.106)	0.894*** (0.107)	2.445*** (0.261)	0.438*** (0.111)	1.550*** (0.172)	-2.169*** (0.208)	0.114*** (0.0237)	-0.230 (0.219)	0.795 (0.174)	0.0887 (0.103)	1.093 (0.112)	-0.361*** (0.102)	0.697*** (0.0714)			
relac_policial	-0.599*** (0.0961)	0.550*** (0.0528)	-0.818*** (0.0961)	0.442*** (0.0424)	-0.326*** (0.0904)	0.722*** (0.0653)	0.0734 (0.0969)	1.076 (0.104)	2.659*** (0.218)	14.28*** (3.118)	-0.933*** (0.109)	0.393*** (0.0430)	-1.601*** (0.116)	0.202*** (0.0235)	-0.252** (0.102)	0.778** (0.0793)	-0.710*** (0.106)	0.492*** (0.0522)	-0.381*** (0.109)	0.683*** (0.0744)	1.714*** (0.180)	5.554*** (1.001)	-2.667*** (0.319)	0.0695*** (0.0221)	-0.406*** (0.0994)	0.666*** (0.0662)	0.391*** (0.104)	1.479*** (0.154)			
servnovos	0.166** (0.0838)	1.180** (0.0989)	0.249*** (0.0879)	1.283*** (0.113)	0.227*** (0.0832)	1.254*** (0.104)	-0.0164 (0.0878)	0.984 (0.0863)	0.840*** (0.168)	2.316*** (0.389)	1.558*** (0.108)	4.749*** (0.512)	0.305*** (0.108)	1.356*** (0.146)	0.477*** (0.0939)	1.611*** (0.151)	-0.0548 (0.0923)	0.947 (0.0873)	-0.422*** (0.0998)	0.656*** (0.0654)	-0.818*** (0.153)	0.441*** (0.0674)	-2.019*** (0.245)	0.133*** (0.0325)	-0.145 (0.0894)	0.865 (0.0773)	1.108 (0.0958)	1.114 (0.107)			
melhorserv	-0.0958 (0.0860)	0.909 (0.0782)	-0.292*** (0.0889)	0.747*** (0.0664)	-0.104 (0.0819)	0.901 (0.0738)	-0.185** (0.0876)	0.831** (0.0728)	-1.060*** (0.158)	0.346*** (0.0548)	-0.304*** (0.107)	0.738*** (0.0789)	-0.632*** (0.106)	0.532*** (0.0566)	-0.432*** (0.0967)	0.649*** (0.0628)	0.301*** (0.0950)	1.351*** (0.128)	0.439*** (0.103)	1.551*** (0.160)	0.746*** (0.164)	2.108*** (0.345)	0.419* (0.221)	1.520* (0.337)	0.466*** (0.0921)	1.594*** (0.147)	-0.725*** (0.0985)	0.484*** (0.0477)			
pes_univers	-0.0739 (0.0909)	0.929 (0.0844)	0.299*** (0.0921)	1.348*** (0.124)	0.361*** (0.0899)	1.435*** (0.129)	0.126 (0.0958)	1.135 (0.109)	-0.571*** (0.178)	0.565*** (0.101)	-0.547*** (0.104)	0.579*** (0.0602)	-0.323*** (0.112)	0.724*** (0.0810)	0.409*** (0.0994)	1.506*** (0.150)	-0.467*** (0.1000)	0.627*** (0.0626)	-0.400*** (0.106)	0.670*** (0.0711)	0.330* (0.170)	1.391* (0.236)	-0.518* (0.279)	0.596* (0.166)	0.253*** (0.0946)	1.289*** (0.122)	0.190* (0.103)	1.209* (0.124)			
idade	-0.0209*** (0.00341)	0.979*** (0.00334)	-0.0209*** (0.00362)	0.979*** (0.00355)	0.0360*** (0.00351)	1.037*** (0.00364)	-0.00437 (0.00363)	0.996 (0.00362)	0.0169** (0.00711)	1.017** (0.00723)	-0.0180*** (0.00437)	0.982*** (0.00429)	0.00406 (0.00439)	1.004 (0.00441)	-0.0100** (0.00396)	0.990** (0.00392)	-0.00963** (0.00384)	0.990** (0.00380)	-0.00715* (0.00408)	0.993* (0.00406)	-0.00877 (0.00619)	0.991 (0.00613)	0.0676*** (0.0105)	1.070*** (0.0113)	-0.0288*** (0.00385)	0.972*** (0.00374)	-0.00119 (0.00389)	0.999 (0.00389)			
_lfeduc_1	1.796*** (0.223)	6.023*** (1.346)	2.095*** (0.341)	8.123*** (2.773)	-1.236*** (0.229)	0.291*** (0.0667)	-0.0152 (0.232)	0.985 (0.229)	20.55 (1.762)	8.376e+08 (1.476e+12)	-0.566** (0.245)	0.568** (0.139)	1.379*** (1.187)	3.970*** (0.288)	0.154 (0.335)	1.166 (0.245)	1.357*** (0.953)	3.886*** (0.270)	1.261*** (0.953)	3.531*** (0.378)	-1.068*** (0.130)	0.344*** (0.241)	-17.46 (6.38e-05)	2.61e-08 (0.226)	-0.0359 (0.218)	0.965 (0.255)	4.475* (0.255)	1.608* (0.409)			
_lfeduc_2	1.339*** (0.224)	3.815*** (0.854)	1.939*** (0.345)	6.953*** (2.401)	-0.665*** (0.230)	0.514*** (0.119)	-1.086*** (0.231)	0.338*** (0.0781)	20.69 (1.212)	9.649e+08 (1.169e+12)	-0.776*** (0.246)	0.460*** (0.113)	0.657*** (0.305)	1.929*** (0.589)	0.812*** (0.287)	2.252*** (0.646)	0.785*** (0.246)	2.192*** (0.539)	0.675** (0.274)	1.964*** (0.380)	-1.199*** (0.115)	0.302*** (2.441)	-14.68 (0.00103)	4.23e-07 (0.228)	0.103 (0.253)	1.109 (0.261)	-0.00695 (0.259)	0.993 (0.259)			
_lfeduc_3	0.334 (0.240)	1.396 (0.335)	2.128*** (0.356)	8.398*** (2.992)	-0.499** (0.245)	0.607** (0.149)	-0.908*** (0.247)	0.403*** (0.0996)	-1.513*** (0.401)	0.220*** (0.0883)	-1.483*** (0.266)	0.227*** (0.0604)	1.195*** (0.325)	3.304*** (1.075)	0.756** (0.304)	2.130*** (0.647)	0.757*** (0.262)	2.131*** (0.559)	0.578** (0.293)	1.782** (0.522)	0.754* (0.427)	2.126* (0.909)	-13.15 (2.441)	1.95e-06 (0.00475)	-0.185 (0.247)	0.831 (0.205)	-0.510* (0.281)	0.600* (0.168)			
_lfeduc_4	0.145 (0.399)	1.156 (0.462)	2.028*** (0.469)	7.596*** (3.565)	-1.502*** (0.395)	0.223*** (0.0881)	-1.917*** (0.417)	0.147*** (0.0613)	-25.09 (12.924)	0 (1.64e-07)	-18.83 (2.614)	6.67e-09 (1.74e-05)	6.370*** (0.465)	584.3*** (272.0)	2.309*** (0.458)	10.06*** (4.614)	18.95 (888.6)	1.702e+08 (1.512e+11)	-16.40 (1.133)	7.52e-08 (8.53e-05)	-25.79 (4.090)	0 (2.58e-08)	3.449 (5.836)	31.48 (183.718)	0.280 (0.436)	1.323 (0.577)	1.102*** (0.448)	3.009** (1.348)			
_lfeduc_5	2.226*** (0.292)	9.265*** (2.702)	1.745*** (0.393)	5.729*** (2.251)	-1.382*** (0.298)	0.251*** (0.0747)	-1.521*** (0.301)	0.219*** (0.0658)	-0.647 (0.444)	-0.687** (0.233)	0.503*** (0.330)	1.024*** (0.166)	2.785*** (0.380)	1.440*** (1.059)	4.223*** (0.345)	1.098*** (1.458)	2.997*** (0.320)	1.670*** (0.958)	5.315*** (0.356)	-3.102*** (1.891)	0.0450*** (0.476)	-16.50 (0.0214)	6.82e-08 (2.441)	-1.533*** (0.000166)	0.216*** (0.334)	1.090*** (0.0722)	2.976*** (0.324)				
Constant cut1	-2.887*** (0.515)	0.0557*** (0.0287)	1.861*** (0.570)	6.432*** (3.665)	-2.562*** (0.552)	0.0771*** (0.0426)	-3.365*** (0.544)	0.0345*** (0.0188)	-0.194 (0.790)	0.823 (0.651)	17.91 (818.9)	6.026e+07 (4.935e+10)	-1.993*** (0.611)	0.136*** (0.0832)	0.730 (0.562)	2.075 (1.166)	2.460*** (0.559)	11.71*** (6.543)	10.57 (431.4)	39.030 (1.684e+07)	-9.747*** (1.051)	5.84e-05*** (6.14e-05)	-17.79 (2.441)	1.87e-08 (4.57e-05)	0.688 (0.535)	1.989 (1.064)	0.301 (0.550)	1.351 (0.743)			
Constant cut2	-0.399 (0.510)	0.671 (0.342)	3.040*** (0.571)	20.90*** (11.94)	-0.467 (0.550)	0.627 (0.345)	-2.080*** (0.542)	0.125*** (0.0677)			20.09 (818.9)	5.303e+08 (4.343e+11)	-0.349 (0.608)	0.705 (0.429)	1.989*** (0.563)	7.310*** (4.116)															
Observations	202 0.169	202 0.169	202 0.134	202 0.134	202 0.139	202 0.139	202 0.0615	202 0.0615	202 0.527	202 0.527	202 0.216	202 0.216	202 0.225	202 0.225	202 0.0732	202 0.0732	202 0.155	202 0.155	202 0.203	202 0.203	202 0.374	202 0.374	202 0.401	202 0.401	202 0.0865	202 0.0865	202 0.113	202 0.113			

Standard errors in parenthesis

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Note: geographical sectors were controlled